



61810120922021578

22 / 01 / 2019 -
18 : 00 : 09

Demonstração das Variações Patrimoniais

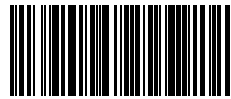
PM DE CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43900

CNPJ: 90832619000155 01/01/2018 a 31/12/2018

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	242.423.015,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHO	83.979.530,89
IMPOSTOS	74.874.500,95
TAXAS	9.105.029,94
CONTRIBUIÇÕES	3.383.543,89
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.383.543,89
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E D	437.495,61
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃ	437.495,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINA	13.499.513,44
JUROS E ENCARGOS DE MORA	11.499.505,63
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APL	2.000.007,81
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	148.578.174,32
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	60.605,74
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	148.371.647,95
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	145.920,63
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC	748.387,35
GANHOS COM ALIENAÇÃO	262.438,08
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	485.949,27
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIV	-8.203.629,61
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDA	-11.625.602,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTAT	3.421.972,79
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	220.310.403,65
PESSOAL E ENCARGOS	115.195.725,57
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	83.980.868,74
ENCARGOS PATRONAIS	25.518.167,72
BENEFÍCIOS A PESSOAL	3.802.579,68
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA	1.894.109,43
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIA	275.361,26
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSI	275.361,26
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPIT	64.705.401,27
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.646.004,93
SERVIÇOS	54.628.390,75
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.431.005,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINAN	534.836,60
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANC	532.348,05
JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.488,55
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	19.654.250,06
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.267.184,76
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	156.985,59
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	13.065.110,19
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	164.969,52
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCOR	35.288,74
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	31.486,17
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.802,57
TRIBUTÁRIAS	7.679.892,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHO	5.429.632,41
CONTRIBUIÇÕES	2.250.260,26
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA	12.229.647,48
PREMIAÇÕES	347.106,62
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	501.448,15
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTI	11.381.092,71



61810120922021578



22 / 01 / 2019 -
18 : 00 : 09

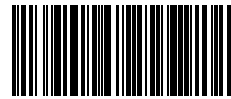
Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43900

CNPJ: 90832619000155 01/01/2018 a 31/12/2018

Conta	Valor
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	22.112.612,24



61810120922021578

22 / 01 / 2019 -
18 : 00 : 09

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43900

CNPJ: 90832619000155 01/01/2018 a 31/12/2018

b. Notas Explicativas

Informamos que as notas explicativas estão disponíveis no site do município do endereço www.campobom.rs.gov.br Portal da Transparência/
Balanços-2018

CAMPO BOM , 22 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Luciano Liborio Baptista Orsi - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ILONE MARIA ZIMMERMANN
ContabilistaLUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI
Prefeito Municipal



Demonstração das Variações Patrimoniais

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148 01/01/2018 a 31/12/2018

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	59.896.763,98
CONTRIBUIÇÕES	45.651.117,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	45.651.117,32
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E D	566.210,03
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO	566.210,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINA	8.500.278,33
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APL	8.500.278,33
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.360.391,53
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.360.391,53
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIV	2.818.766,77
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTAT	2.818.766,77
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	59.425.943,15
PESSOAL E ENCARGOS	871.461,72
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	644.919,98
ENCARGOS PATRONAIS	195.997,96
BENEFÍCIOS A PESSOAL	30.543,78
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIA	20.423.540,83
APOSENTADORIAS E REFORMAS	16.463.107,25
PENSÕES	2.204.530,16
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSI	1.755.903,42
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPIT	6.370.068,41
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	128.393,96
SERVIÇOS	6.196.516,85
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	45.157,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINAN	503,99
JUROS E ENCARGOS DE MORA	503,99
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.273,66
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.273,66
TRIBUTÁRIAS	564.137,05
CONTRIBUIÇÕES	564.137,05
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA	31.189.957,49
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	29.808.373,74
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTI	1.381.583,75
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	470.820,83



61810142782923276

23 / 01 / 2019 -
14 : 16 : 18

Demonstração das Variações Patrimoniais

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148 01/01/2018 a 31/12/2018

b. Notas Explicativas

Nada a Declarar.

CAMPO BOM , 23 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Karini Pinheiro Cioccarri - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

GIZELE VIER
ContabilistaKARINI PINHEIRO CIOCCARI
Responsável



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94707817000148

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Quadrimestral

Município: CAMPO BOM

Autarquia: INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

Logradouro: Rua São Paulo

nr: 317

compl:

Telefone: (51) 3598-2716

HomePage:

E-Mail: ipasemprev@campobom.rs.gov.br

Responsável: KARINI PINHEIRO CIOCCARI

Contabilista: GIZELE VIER

Número do CRC: 074660/O

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: IP Tecnologia e Informática Ltda

CNPJ: 04775736000192

Telefone: (51)35683950

Responsável: Gelson Zambon

E-Mail: gelson@ipinformatizacao.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☐ Folha de Pagamento
☒ Outros: FUNDO DE PREVIDENCIA
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES

CONTRIBUIÇÕES	14.659.600,00	15.422.998,66
RECEITA PATRIMONIAL	10.497.500,00	10.074.810,75
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	25.816,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.050,00	5.728,40
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	25.249.150,00	25.529.354,78

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	24.745.750,00	24.449.082,02
OUTRAS REC.CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	24.745.750,00	24.449.082,02

RECEITAS DE CAPITAL

ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
---	-------------	-------------

DEDUÇÕES DE RECEITA

	-194.900,00	-1.034.139,36
TOTAL DAS RECEITAS	49.800.000,00	48.944.297,44

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	52.300.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.687.250,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.687.250,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	52.300.000,00

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

PODER EXECUTIVO	VALOR
Empenhado	30.689.755,19
Liquidado	27.911.400,15
Pago	27.669.059,38
SALDO A LIQUIDAR	2.778.355,04
SALDO A PAGAR	242.340,77

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	5.356.390,21
Liquidado	5.355.226,88
Pago	5.355.226,88



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	1.163,33
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.687.250,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.687.250,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	93.814.758,67D	117.326.704,12D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.958.091,05D	33.916.845,44D
PASSIVO CIRCULANTE	588.614,30C	804.576,89C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	95.588.602,40C	125.396.976,14C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	24.595.633,02C	24.571.175,70C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	871.461,72D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIA	0,00	20.423.540,83D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPIT	0,00	6.370.068,41D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINAN	0,00	503,99D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	6.273,66D
TRIBUTÁRIAS	0,00	564.137,05D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA	0,00	31.189.957,49D
CONTRIBUIÇÕES	0,00	45.651.117,32C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E D	0,00	566.210,03C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINA	0,00	8.500.278,33C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	2.360.391,53C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIV	0,00	2.818.766,77C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	132.789.755,19D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	3.437.560,86D	3.437.560,86D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	132.789.755,19C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	3.437.560,86C	3.437.560,86C
ATOS POTENCIAIS	9.029.712,45C	11.386.397,20C
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	92.948.268,36D	150.468.032,74D
OUTROS CONTROLES	0,00	8.078,66D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	9.029.712,45D	11.386.397,20D
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	92.948.268,36C	150.468.032,74C
OUTROS CONTROLES	0,00	8.078,66C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00



61801142782923276

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	82,47D	356,93D
Bancos Conta Movimento	556.006,97D	592.153,63D
Bancos Conta Aplicação	92.392.178,92D	114.277.995,08D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	92.948.268,36D	114.870.505,64D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	92.948.268,36D	114.870.505,64D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	9.597.971,94	2.885.558,79	2.753.743,66
2º Bimestre	2.891.840,95	4.069.765,10	4.191.706,74
3º Bimestre	3.039.087,61	4.299.214,23	4.257.070,72
4º Bimestre	3.747.093,66	4.259.985,10	4.270.777,02
5º Bimestre	3.660.780,78	4.264.017,47	4.271.521,42
6º Bimestre	4.567.319,78	5.493.525,03	5.483.456,81

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	23.215.300,00	23.160.354,79
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.786.100,00	25.389.821,36
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.400,00	-279.035,78
TOTAL CONTAS DE RECEITA	44.000.000,00	48.271.140,37

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Nada a Declarar.

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2018, modalidade TMP (Tomada de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 29,55%
EMPENHO.TXT	CRE_19	0	0	AVISO	Credor UNIMED VS COOP.DE ASSIST.A SAUDE LTDA associado ao Código do Credor 127851 possui um CNPJ inválido cadastrado, 7540175087
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 97,777%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 46,596%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)



61801142782923276

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

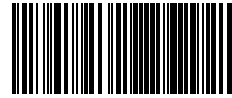
INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0		Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina LIQ_41
BVER_ENC.TXT	BEC_60	0	0		O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 111.518.004,54) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (111.390.449,25).
CTA_DISP.TXT	CTV_33	6	0	AVISO	Linha: 6 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	9	0	AVISO	Linha: 9 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	10	0	AVISO	Linha: 10 - Validação do prefixo da agência 27940 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	10	0	AVISO	Linha: 10 - Validação da conta 0000000000000090819 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_32	13	0	AVISO	Linha: 13 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	14	0	AVISO	Linha: 14 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	15	0	AVISO	Linha: 15 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	15	0	AVISO	Linha: 15 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_33	16	0	AVISO	Linha: 16 - Validação do prefixo da agência 27940 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	16	0	AVISO	Linha: 16 - Validação da conta 0000000000000091246 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	17	0	AVISO	Linha: 17 - Validação da conta 0000000000000035472 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_32	22	0	AVISO	Linha: 22 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	22	0	AVISO	Linha: 22 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_33	23	0	AVISO	Linha: 23 - Validação do prefixo da agência 27940 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	23	0	AVISO	Linha: 23 - Validação da conta 0000000000000091254 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	24	0	AVISO	Linha: 24 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	31	0	AVISO	Linha: 31 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	32	0	AVISO	Linha: 32 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_32	33	0	AVISO	Linha: 33 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	34	0	AVISO	Linha: 34 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_33	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	36	0	AVISO	Linha: 36 - Validação do prefixo da agência 04610 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	36	0	AVISO	Linha: 36 - Validação da conta 0000000000000000813 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_32	37	0	AVISO	Linha: 37 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	38	0	AVISO	Linha: 38 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	39	0	AVISO	Linha: 39 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	40	0	AVISO	Linha: 40 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	40	0	AVISO	Linha: 40 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_33	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_32	43	0	AVISO	Linha: 43 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_33	44	0	AVISO	Linha: 44 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	45	0	AVISO	Linha: 45 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	45	0	AVISO	Linha: 45 - Validação da conta 0000000000000061615 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	47	0	AVISO	Linha: 47 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	47	0	AVISO	Linha: 47 - Validação da conta 0000000000000074003 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	48	0	AVISO	Linha: 48 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação do prefixo da agência 04610 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação da conta 0000000000000000813 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1



61801142782923276

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

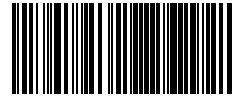
INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_32	51	0	AVISO	Linha: 51 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	52	0	AVISO	Linha: 52 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	52	0	AVISO	Linha: 52 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_33	56	0	AVISO	Linha: 56 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	57	0	AVISO	Linha: 57 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	58	0	AVISO	Linha: 58 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	59	0	AVISO	Linha: 59 - Validação do prefixo da agência 75520 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_32	60	0	AVISO	Linha: 60 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	61	0	AVISO	Linha: 61 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	7,01% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou nove
RECEITA.TXT	RET_24	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_25	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_26	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_27	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_28	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 17000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 22000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 2/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 5/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 9/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 10/2018 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não há indenização não inclusa na folha de pagamento.

Descrição: BEC_60 - O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 111.518.004,54) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (111.390.449,25).

Justificativa: Essa diferença ocorre devido a um erro de sistema entre o grupo 8 e o grupo 7, o qual deveria ter sido ajustado. Não tendo como fazer o ajuste em 2018, o mesmo será feito em 2019 debitando a conta 5264 Receita extra orcamentaria retenções ipasem e creditando a conta 93997 Recurso extra orcantário, ajustando o valor.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	25.529.354,78	0,00	25.529.354,78
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.034.139,36	0,00	-1.034.139,36



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12100421010000000000	CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	5.678.119,18	0,00	5.678.119,18
12100421020000000000	CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-IPASEM	40.808,01	0,00	40.808,01
12100421030000000000	CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-CÂMARA	24.410,92	0,00	24.410,92
12100431010000000000	CONTR.PREV.SERV.INATIVO CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	10.350,95	0,00	10.350,95
12100431020000000000	CONTR.PREV.SERV.INATIVO CIVIL-RPPS-IPASEM	56.549,40	0,00	56.549,40
12100441010000000000	CONTR.PREV.PENSIONISTAS CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	3.108,30	0,00	3.108,30
12100631010101000000	CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-EXECUTIVO	3.964.216,93	0,00	3.964.216,93
12100631010102000000	CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-IPASEM	34.266,42	0,00	34.266,42
12100631010103000000	CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-CAMARA	19.038,08	0,00	19.038,08
12100631010201000000	CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	145.145,96	0,00	145.145,96
12100631010202000000	CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-IPASEM	1.695.742,21	0,00	1.695.742,21
12100631010203000000	CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-CÂMARA	7.663,24	0,00	7.663,24
12100631010301000000	CONTR.SERV.PENSIONISTA P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	24.173,44	0,00	24.173,44
12100631010302000000	CONTR.SERV.PENSIONISTA P/ASSIST.MÉDICA-IPASEM	181.665,08	0,00	181.665,08
12100631020101000000	COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	334.501,55	0,00	334.501,55
12100631020102000000	COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-IPASEM	4.499,88	0,00	4.499,88
12100631020103000000	COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-CÂMARA	223,66	0,00	223,66
12100631020201000000	COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	32.279,27	0,00	32.279,27
12100631020202000000	COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-IPASEM	287.271,54	0,00	287.271,54
12100631020203000000	COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-CÂMARA	840,93	0,00	840,93
12100631020301000000	COOPARTIC.PENSIONISTA-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	484,29	0,00	484,29
12100631020302000000	COOPARTIC.PENSIONISTA-ASSIST.MÉD.-IPASEM	64.601,05	0,00	64.601,05
13210041010100000000	REC.REND.APLIC.PREVIDENCIA-IPASEM	8.864.709,79	0,00	8.864.709,79
13210041020100000000	REC.REND.APLIC.INVEST.RENDA VARIÁVEL-IPASEM	197.023,98	0,00	197.023,98
91210063101010100000	(R)CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	-3.742,79	0,00	-3.742,79
91210063101020200000	(R) CONTR.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD-IPASEM	-172,15	0,00	-172,15
91210063102010100000	(R)REC.COOPART.SERV.ATIVOASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	-918,60	0,00	-918,60
91210063102020200000	(R)REC.COOPART.SERV.INATIVOS ASSIST.MÉD.IPASEM	-236,80	0,00	-236,80
91210063102030200000	(R) COOPARTIC. PENSIONISTA-ASSIST.MÉD-IPASEM	-432,97	0,00	-432,97
91321004101010000000	(R)REC.REND.APLIC.PREVIDENCIA-IPASEM	-1.009.338,55	0,00	-1.009.338,55
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		3.838.363,22	0,00	3.838.363,22

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.187.349,12	0,00	21.187.349,12
DEDUÇÕES				



61801142782923276

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010100000	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	7.840.981,58	0,00	7.840.981,58
319001010200000	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	1.245.557,99	0,00	1.245.557,99
319001010300000	APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS	98.611,80	0,00	98.611,80
319001010400000	APOSENTADORIAS PROFESSOR	4.535.660,62	0,00	4.535.660,62
319001060100000	13º SALÁRIO APOSENTADOS - IPASEM	1.125.199,14	0,00	1.125.199,14
319001060200000	13º SALÁRIO APOSENTADOS - MUNICIPIO / CAMARA	124.396,93	0,00	124.396,93
319001990100000	APOSENTADORIAS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - LM. 3156/08-PREF	464.431,20	0,00	464.431,20
319001990200000	APOSENTADORIAS PROFESSOR - LM 3156/08-PREF.	973.089,84	0,00	973.089,84
319001990300000	APOSENTADORIAS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - LM 3164/08 - CÂMARA	55.178,15	0,00	55.178,15
319003010000000	CIVIS	1.770.587,01	0,00	1.770.587,01
319003030100000	13º SALÁRIO PENSIONISTAS - IPASEM	146.609,74	0,00	146.609,74
319003030200000	13º SALÁRIO PENSIONISTAS - MUNICÍPIO	22.102,57	0,00	22.102,57
319003990000000	OUTRAS PENSÕES	265.230,84	0,00	265.230,84
319005000101000	AUXÍLIO-DOENÇA - PESSOAL ATIVO	873.234,49	0,00	873.234,49
319005000103000	SALÁRIO MATERNIDADE - PESSOAL ATIVO	702.252,37	0,00	702.252,37
319005000105000	SALÁRIO-FAMÍLIA DE SEGURADOS	51.371,56	0,00	51.371,56
319091360000000	PRECATÓRIOS - PENSIONISTA CIVIL	1.061,81	0,00	1.061,81
319113080100000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/ASSISTÊNCIA-ATIVOS	10.332,53	0,00	10.332,53
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		881.458,95	0,00	881.458,95

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				



RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal		881.458,95	0,00	881.458,95

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
5001	1111106010000000558	BANRISUL C/PREVIDENCIA	79.389,40	0,00	79.389,40
5001	1111106010000002627	BANRISUL C/PREVIDÊNCIA -LM.3.156/08	2.191,05	0,00	2.191,05
5001	1111106010000003234	BANRISUL C/EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS PREVID.	448.759,33	0,00	448.759,33
5001	1141109010100003472	BANRISUL C/FUNDO SOBERANO F.I.R.F.LP-EXTRA	43.014,57	0,00	43.014,57
5001	1141109010200003471	BANRISUL C/FUNDO SOBERANO F.I.R.F.LP-MUNIC	75.519,92	0,00	75.519,92
5001	1141109010200004132	BCO.BRASIL C/APLIC.FUNDO BB PREV.TP IPCA	446.370,88	0,00	446.370,88
5001	1141109010200004133	BCO.BRASIL C/APL.FUNDO BB PREV.IPCA III	4.306.697,50	0,00	4.306.697,50
5001	1141109010200004506	BANCO DO BRASIL PREVID RF IMA-B 5	18.307.809,85	0,00	18.307.809,85
5001	1141109010200004513	BCO.BRASIL BB PREV TP ICPA VII	1.919.505,10	0,00	1.919.505,10
5001	1141109010200004515	CXA.ECO.FED.FI CAIXA BRASIL 2020 IIITPRF	2.210.440,30	0,00	2.210.440,30
5001	1141109010200004532	BCO.BRASIL PREVID RF TP IX	1.125.527,47	0,00	1.125.527,47
5001	1141109010200004565	CAIXA ECON FED FI BRASIL DI LONGO PRAZO	3.654.691,70	0,00	3.654.691,70
5001	1141109010200004748	CXA.ECO.FED.C/APL.FUNDO IDKA 2A	18.054.000,52	0,00	18.054.000,52
5001	1141109010200004777	BANCO BRASIL - PREV RF ALOC	2.510.689,96	0,00	2.510.689,96
5001	1141109050200002907	BANCO BRASIL C/BB PREVID.RF IMA-B-PREVID	4.918.255,39	0,00	4.918.255,39
5001	1141109050200003151	BCO.BRASIL C/APL.BB.PREVID RF FLUXO	1.821.239,46	0,00	1.821.239,46



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
5001	11411090502000003452	BCO.BRASIL C/APLIC.PREVI.RF PERFIL -PREV	11.386.899,77	0,00	11.386.899,77
5001	11411090502000003516	CXA.FEDERAL C/FUNDO FI BRASIL IRF-M1TPRF	17.786.923,35	0,00	17.786.923,35
5001	11411090502000004356	BCO.BRASIL C/FUNDO PREVID.RF IRF-M	11.248.283,29	0,00	11.248.283,29
5001	11411090502000004520	BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA - 0.8	1.690.230,66	0,00	1.690.230,66
5001	11411090502000004735	CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	254,80	0,00	254,80
5001	11411100302000004507	BANCO DO BRASIL PREVID MULTIMERC	3.860.297,88	0,00	3.860.297,88
5002	11411090502000005160	BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA - 1.6	4.046.829,34	0,00	4.046.829,34
5002	11411090503000003359	BCO.BRASIL C/APL.BB PREVID.RF FLUXO	774.473,99	0,00	774.473,99
5002	11411140100000005147	CAIXA DISPONIBILIDADES RF ADM.ASSIST.	8.176,32	0,00	8.176,32
5004	11111060400000002861	BANRISUL C/CONVENIO CONSIGNADO-ADM.PREV.	68,11	0,00	68,11
5004	11111060400000004412	BANRISUL - TAXA ADM PREVIDÊNCIA	30.287,02	0,00	30.287,02
5004	11411090501000004739	BCO.BRASIL C/APL.BB PREVID RF FLUXO	23.287,29	0,00	23.287,29
5004	11411090501000004742	B.BRASIL FUNDO BB PREVID.RF FLUXO-REC.EX	1.873,23	0,00	1.873,23
5004	11411090502000005161	BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA - 2.4	2.136.634,93	0,00	2.136.634,93
5004	11411140100000004746	CAIXA DISPONIBILIDADES RF	3.305,77	0,00	3.305,77
5005	11111060100000004890	BANRISUL C/EXTRA-ASSISTÊNCIA	10.027,81	0,00	10.027,81
5005	11111060400000004413	BANRISUL - TAXA ADM ASSISTÊNCIA	21.430,91	0,00	21.430,91
5005	11411090501000004991	B.BRASIL FUNDO BB PREVID RF FLUXO REC.EX	2.261,95	0,00	2.261,95
5005	11411090501000005175	BCO.DO BRASIL C/APLIC.BB RF FLUXO	5.068,58	0,00	5.068,58
5005	11411090502000005162	BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA - 5.9	1.884.193,50	0,00	1.884.193,50
TOTAL			114.844.910,90	0,00	114.844.910,90

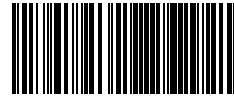
5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



61801142782923276



23/01/2019 - 14:16:18

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				0,00
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
22721030100000002990	APOSENTAD./PENSÕES/OUTROS BENEFIC.PLANO	174.728.554,46	0,00	174.728.554,46
22721030300000002991	(R) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE(REDUTORA)	-712.789,12	0,00	-712.789,12
22721030500000002992	(R) COMPEENSAÇÕES DOS PENSIONISTAS(REDUT	-9.534.055,68	0,00	-9.534.055,68
22721040100000002993	APOSENTAD/PENÕES/OUTROS BENEFÍC.PLANO	338.618.298,58	0,00	338.618.298,58
22721040200000002994	(R) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE (REDUTORA)	-27.385.249,44	0,00	-27.385.249,44
22721040300000002995	(R) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO (REDUTORA)	-24.752.485,11	0,00	-24.752.485,11
22721040400000002996	(R) COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (REDUTO	-18.476.692,17	0,00	-18.476.692,17
22721059800000002998	(R) OUTROS CRÉDITOS (REDUTORA)	-307.088.605,38	0,00	-307.088.605,38
TOTAL		125.396.976,14	0,00	125.396.976,14

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

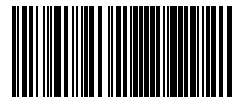
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
5001	0,00	137.074,25	0,00	137.074,25	137.074,25
5002	0,00	8.490,00	0,00	8.490,00	8.490,00



RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
5004	0,00	77.542,56	0,00	77.542,56	77.542,56
5005	0,00	19.233,96	0,00	19.233,96	19.233,96
TOTAL	0,00	242.340,77	0,00	242.340,77	242.340,77

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
5001	0,00	336.198,77	0,00	336.198,77	336.198,77
5002	0,00	2.369.435,47	0,00	2.369.435,47	2.369.435,47
5004	798,33	26.688,49	0,00	26.688,49	27.486,82
5005	365,00	46.032,31	0,00	46.032,31	46.397,31
TOTAL	1.163,33	2.778.355,04	0,00	2.778.355,04	2.779.518,37

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
5001		105.896.992,15	0,00	105.896.992,15	
5002		4.829.479,65	0,00	4.829.479,65	
5004		2.195.456,35	0,00	2.195.456,35	
5005		1.922.982,75	0,00	1.922.982,75	
TOTAL		114.844.910,90	0,00	114.844.910,90	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

5001	IPASEM-PREVIDENCIA
5002	IPASEM-ASSISTENCIA
5004	TAXA ADMINISTRAÇÃO-PREVIDÊNCIA
5005	TAXA ADMINISTRAÇÃO-ASSISTÊNCIA
8003	REC.EXTRA-ORCAM.RETENCOES-IPASEM

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12102907010100000000	PREV.CONTR.SERV.ATIVO-MUNIC.11%-IPASEM	5.528.365,53	0,00	5.528.365,53
12102907010200000000	PREV.CONTR.SERV.ATIVO-CAMARA 11% IPASEM	21.753,98	0,00	21.753,98
12102907010300000000	PREV.CONTR.SERV.ATIVO- IPASEM 11% IPASEM	35.715,57	0,00	35.715,57
91210290701010000000	(R) PREV.CONTR.SERV.ATIVO- EXECUTIVO	-8.244,36	0,00	-8.244,36
TOTAL		5.577.590,72	0,00	5.577.590,72



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	393.972,80	0,00	393.972,80	1,0303	405.910,18
Fevereiro	399.826,48	0,00	399.826,48	1,0258	410.142,00
Março	400.860,61	0,00	400.860,61	1,0252	410.962,30
Abril	432.706,87	0,00	432.706,87	1,0252	443.611,08
Mai	433.335,23	0,00	433.335,23	1,0252	444.255,28
Junho	438.830,25	0,00	438.830,25	1,0252	449.888,77
Julho	440.737,89	0,00	440.737,89	1,0252	451.844,48
Agosto	441.507,01	0,00	441.507,01	1,0252	452.632,99
Setembro	441.751,81	0,00	441.751,81	1,0228	451.823,75
Outubro	432.964,06	0,00	432.964,06	1,0165	440.107,97
Novembro	443.830,71	0,00	443.830,71	1,0155	450.710,09
Dezembro	877.267,00	0,00	877.267,00	1,0074	883.758,78
TOTAL	5.577.590,72	0,00	5.577.590,72		5.695.647,66

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.202.690,00	4.136.488,60
2º Bimestre	4.203.340,00	4.253.829,76
3º Bimestre	4.203.340,00	3.000.149,39
4º Bimestre	4.203.340,00	4.400.501,28
5º Bimestre	4.205.340,00	5.346.488,94
6º Bimestre	4.231.100,00	4.391.896,81
TOTAL	25.249.150,00	25.529.354,78

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.123.000,00	3.694.935,11
2º Bimestre	4.124.000,00	3.821.345,80
3º Bimestre	4.124.000,00	3.831.740,94
4º Bimestre	4.124.000,00	3.828.662,90
5º Bimestre	4.124.000,00	3.846.264,42
6º Bimestre	4.126.750,00	5.426.132,85
TOTAL	24.745.750,00	24.449.082,02

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	0,00
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: KARINI PINHEIRO CIOCCARI em 23/01/19 e GIZELE VIER em 25/01/19.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.629B.87B1.C286.E30E.548B.



DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-32.598,00	-20.271,92
2º Bimestre	-32.598,00	-28.320,02
3º Bimestre	-32.498,00	-757.546,82
4º Bimestre	-32.398,00	-219.423,34
5º Bimestre	-32.402,00	-8.300,58
6º Bimestre	-32.406,00	-276,68
TOTAL	-194.900,00	-1.034.139,36
TOTAL DA RECEITA	49.800.000,00	48.944.297,44

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2018.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2018.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2018.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2018 - 01/01/2018 a 31/12/2018

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.138,68	0,00	2.138,68
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.138,68	0,00	2.138,68
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade



Identificação do(a) Administrador

Nome: Karini Pinheiro Cioccarì

CPF: 81359101004

Cargo/Função: Superintendente Geral

Mandato - Início e Término: 05/04/2017 a 31/12/2020

Substitutos:

CPF: 48433047

Nome: Greice Gomes da Silva Hoerlle

Cargo: Superintendente Geral

Substituições:

Início: 18/12/2017

Término: 06/01/2018

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

Não houve substituições formais no 6º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a Declarar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 18.0.0.5

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



61801142782923276

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2019 - 14:16:18

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

CAMPO BOM, 23 de Janeiro de 2019

GIZELE VIER
Contabilista

KARINI PINHEIRO CIOCCARI
Responsável



Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	49.800.000,00	49.800.000,00	48.944.297,44	-855.702,56
CONTRIBUIÇÕES	39.400.650,00	39.400.650,00	39.866.577,37	465.927,37
RECEITA PATRIMONIAL	10.307.300,00	10.307.300,00	9.065.472,20	-1.241.827,80
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	6.519,47	6.519,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.050,00	92.050,00	5.728,40	-86.321,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	49.800.000,00	49.800.000,00	48.944.297,44	-855.702,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	49.800.000,00	49.800.000,00	48.944.297,44	-855.702,56
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	49.800.000,00	49.800.000,00	48.944.297,44	-855.702,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-
Superavit Financeiro	-	-	0,00	-
Reabertura de Creditos Adicionais	-	-	0,00	-

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
1Peça
1714052DOCUMENTO
PÚBLICO



61809142782923276

Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	32.873.000,00	34.534.250,00	30.687.616,51	27.909.261,47	27.666.920,70	3.846.633,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.825.000,00	23.315.000,00	21.187.349,12	21.187.349,12	21.034.667,36	2.127.650,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.048.000,00	11.219.250,00	9.500.267,39	6.721.912,35	6.632.253,34	1.718.982,61
DESPESAS DE CAPITAL (X)	680.000,00	680.000,00	2.138,68	2.138,68	2.138,68	677.861,32
INVESTIMENTOS	680.000,00	680.000,00	2.138,68	2.138,68	2.138,68	677.861,32
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	1.161.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	52.300.000,00	52.300.000,00	30.689.755,19	27.911.400,15	27.669.059,38	21.610.244,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	52.300.000,00	52.300.000,00	30.689.755,19	27.911.400,15	27.669.059,38	21.610.244,81
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	18.254.542,25	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	52.300.000,00	52.300.000,00	48.944.297,44	27.911.400,15	27.669.059,38	21.610.244,81



Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	1.147.832,23	2.232.029,00	13.910,28	43.789,35	1.693.667,58	1.751.367,21	2.185.934,32	-499.740,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.304,77	217.665,52	0,00	19.090,13	129.045,00	148.135,13	96.285,29	-360,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.140.527,46	2.014.363,48	13.910,28	24.699,22	1.564.622,58	1.603.232,08	2.089.649,03	-499.380,67
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.147.832,23	2.232.029,00	13.910,28	43.789,35	1.693.667,58	1.751.367,21	2.185.934,32	-499.740,67

c. Notas Explicativas

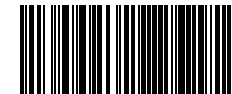
Nada a Declarar.

CAMPO BOM , 23 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Karini Pinheiro Cioccarri - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

GIZELE VIER
ContabilistaKARINI PINHEIRO CIOCCARI
Responsável



61808142782923276

Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	117.326.704,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	617.748,37
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.435.898,62
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.232,63
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A	114.252.757,27
ESTOQUES	11.661,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	2.405,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.916.845,44
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	32.391.849,87
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	32.356.098,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	35.751,47
INVESTIMENTOS	3.021,21
IMOBILIZADO	1.521.974,36
TOTAL	151.243.549,56

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	804.576,89
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS	259.177,76
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PR	24.881,34
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	62.320,54
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	458.197,25
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	125.396.976,14
PROVISÕES A LONGO PRAZO	125.396.976,14
TOTAL DO PASSIVO	126.201.553,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RESULTADOS ACUMULADOS	25.041.996,53
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.041.996,53
TOTAL	151.243.549,56

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
1Peça
1714053DOCUMENTO
PÚBLICO



61808142782923276

23 / 01 / 2019 - 14 : 16 : 18



Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	114.870.505,64
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	114.870.505,64
ATIVO PERMANENTE	36.373.043,92
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	36.373.043,92
TOTAL	151.243.549,56

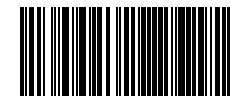
PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	3.480.056,39
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	700.538,02
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	1.163,33
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	2.778.355,04
PASSIVO PERMANENTE	125.501.015,01
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	104.038,87
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	125.396.976,14
TOTAL	128.981.071,40
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	22.262.478,16

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	RECURSO LIVRE	1.006.025,23
5001	IPASEM-PREVIDENCIA	99.362.664,54
5002	IPASEM-ASSISTENCIA	2.444.949,44
5003	IPASEM-ADMINISTRACAO	68,11
5004	TAXA ADMINISTRAÇÃO-PREVIDÊNCIA	2.008.639,37
5005	TAXA ADMINISTRAÇÃO-ASSISTÊNCIA	1.819.050,79
8003	REC.EXTRA-ORCAM.RETENCOES-IPASEM	4.876.607,06



61808142782923276

Balanço Patrimonial

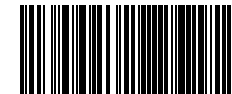
INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

Código do Recurso	Descrição	Valor
Total		111.518.004,54



61808142782923276

Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

ORGÃO Nº: 43902

CNPJ: 94707817000148

01/01/2018 a 31/12/2018

e. Notas Explicativas

Nada a Declarar.

CAMPO BOM , 23 de Janeiro de 2019

Gestor responsável pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2018 - Karini Pinheiro Cioccarri - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

GIZELE VIER
ContabilistaKARINI PINHEIRO CIOCCARI
Responsável



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
 RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.

Ano	Jurisdicionado	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito
Remessa 2018	PM DE CAMPO BOM	218810110000000000098	FUNCIONARIOS C/PENSAO	8.541,71
2018	PM DE CAMPO BOM	21881011500000002408	EMPRESTIMOS FUNCIONARIOS CEF	23.955,55
2018	PM DE CAMPO BOM	21881011500000002657	EMPRESTIMOS FUNCIONARIOS BCO.BRADESCO	435.541,67
2018	PM DE CAMPO BOM	21881011500000002680	EMPRESTIMO FUNCIONARIO CONSIG.-BANRISUL	45.042,94
2018	PM DE CAMPO BOM	218810115010000000300	IPASEM - CAMPO BOM	893.651,96
2018	PM DE CAMPO BOM	218810199000000000095	ASSOC.MUNIC.DE CAMPO BOM	255,24
2018	PM DE CAMPO BOM	218810199000000000737	GREMIO SERVIDORES MUNICIPAIS	281.081,18
2018	PM DE CAMPO BOM	21881019900000002321	SINDICATO SERVIDORES MUNIC.CAMPO BOM	1.744,77
2018	PM DE CAMPO BOM	218810199000000005191	REPASSE DE CEDENCIA-SAPIRANGA	3.031,29
2018	PM DE CAMPO BOM	218810401020000000096	CAUCOES DIVERSAS	5.554,97
2018	PM DE CAMPO BOM	218810401020000002491	CAUCOES PARTICIPACAO EDITAIS - TP-CP	76.318,69
2018	PM DE CAMPO BOM	218810405010000000453	INSS C/SERVICOS-(11%-PRESTADORES SERV.)	57.588,62
2018	PM DE CAMPO BOM	218810405010000002919	INSS PROD RURAL2.3% até 5/18 e 1.5% após	1.430,27
2018	PM DE CAMPO BOM	218810405020000000099	INSS-INST.NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	117.771,20
2018	PM DE CAMPO BOM	218810499000000005271	RECEITA A CLASSIFICAR IPTU-2019	111.083,67
				2.062.593,73

Status da Seleção:
Cod Conta Verificação: 2188*
Origem_Verificacao: BVERENC
Identificador Unidade: NOT RPPS (exceto autarquia)
Ano Remessa: 2018
Jurisdicionado: PM DE CAMPO BOM
Município: CAMPO BOM

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801120922021578), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Administração Geral	40	58.555,21
Assistência ao Portador de Deficiência	40	193.591,40
Vigilância Epidemiológica	40	556.069,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	40	2.335.875,06
Vigilância Sanitária	40	27.128,50
Atenção Básica	40	32.247.675,20
Rendimentos de Aplicações Financeiras		
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	5.503,47
Contas da Receitas		
ISS-D.A.MULTAS/JUROS-PRÓPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180234010200000000	32.047,77
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-MDE -NORMAL	11180234020100000000	41.887,53
ISS DÍV. ATIVA MULTAS/JUROS-MDE-SIMPLES NACIONAL	11180234020200000000	13.349,76
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-ASPS-NORMAL	11180234030100000000	25.125,45
ISS DÍV. ATIVA MULTAS/JUROS ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180234030200000000	8.008,32
COTA PARTE FPM PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180121010000000000	17.792.063,69
COTA PARTE FPM MDE-PRINCIPAL	17180121020000000000	1.482.671,78
COTA PARTE FPM ASPS-PRINCIPAL	17180121030000000000	4.448.015,62
COTA PARTE FPM FUNDEB-PRINCIPAL	17180121040000000000	5.930.687,56
COTA PARTE FPM-1% PRÓP.DEZEMBRO	17180131010000000000	790.214,60
COTA PARTE FPM-1% MDE-DEZEMBRO	17180131020000000000	329.256,07
COTA PARTE FPM-1% ASPS-DEZEMBRO	17180131030000000000	197.553,64
COTA PARTE FPM-1% JULHO-PRÓPRIO	17180141010000000000	770.974,91
COTA PARTE FPM-1% JULHO MDE	17180141020000000000	321.239,55
COTA PARTE FPM-1% JULHO-ASPS	17180141030000000000	192.743,72
COTA PARTE ITR PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180151010000000000	4.827,21
COTA PARTE ITR MDE-PRINCIPAL	17180151020000000000	402,18
COTA PARTE ITR ASPS-PRINCIPAL	17180151030000000000	1.206,69
COTA PARTE ITR FUNDEB-PRINCIPAL	17180151040000000000	1.608,95
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-PRORPIO	17180611010000000000	154.997,13
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-MDE	17180611020000000000	12.916,42
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 ASPS	17180611030000000000	38.749,27
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 FUNDEB	17180611040000000000	51.665,70
COTA PARTE ICMS-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280111010000000000	27.850.223,40
COTA PARTE ICMS-MDEPRINCIPAL	17280111020000000000	2.320.851,63
COTA PARTE ICMS-ASPS PRINCIPAL	17280111030000000000	6.962.555,38
COTA PARTE ICMS-FUNDEB PRINCIPAL	17280111040000000000	9.283.407,33
COTA PARTE IPVA-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280121010000000000	4.804.537,90

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
2Peça
1794871DOCUMENTO
PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
COTA PARTE IPVA MDE-PRINCIPAL	17280121020000000000	220.209,17
COTA PARTE IPVA-ASPS-PRINCIPAL	17280121030000000000	1.201.132,54
COTA PARTE IPVA-FUNDEB PRINCIPAL	17280121040000000000	1.781.678,14
COTA PARTE IPI MUNICÍP.PRÓPRIO-PRINCIPAL	17280131010000000000	407.222,22
COTA PARTE IPI MUNICÍP.MDE-PRINCIPAL	17280131020000000000	33.934,96
COTA PARTE IPI MUNICÍP.ASPS PRÓPRIOS	17280131030000000000	101.805,20
COTA PARTE IPI MUNICÍP.FUNDEB-PRINCIPAL	17280131040000000000	135.740,40
(R) IPTU - PRÓPRIO-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011101010200000	-9.321,02
(R) IPTU - PRÓPRIO-TERRIT.DEVOLUÇÃO	91118011101020200000	-74,64
(R) IPTU PRINCIPAL MDE-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011102010200000	-3.883,63
(R) IPTU - Principal - MDE-TERRIT.-DEVOLUÇÃO	91118011102020200000	-31,09
(R) IPTU - Principal - ASPS-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011103010200000	-2.330,15
(R) IPTU - Principal - ASPS-TERRIT.DEVOLUÇÃO	91118011103020200000	-18,65
(R) ITBI - Principal - PRÓPRIO	91118014101000000000	-85.819,78
(R) ISSQN - Principal - PRÓPRIO - FIXO	91118023101010000000	-7.560,02
(R) ISSQN - PRÓPRIOS-DEVOLUÇÕES DIVERSAS	91118023101040000000	-51.640,60
(R) ISSQN - Principal - MDE - FIXO	91118023102010000000	-3.150,00
(R) ISSQN - Principal - ASPS-FIXO	91118023103010000000	-1.890,00
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-60%	11130311010101000000	2.252.603,64
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-60%	11130311010102000000	33.868,26
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-25%	11130311010201000000	938.584,18
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-25%	11130311010202000000	14.111,80
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-15%	11130311010301000000	563.150,20
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-15%	11130311010302000000	8.467,05
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - PRÓPRIO	11130311020100000000	105.023,18
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - MDE	11130311020200000000	37.669,56
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - ASPS	11130311020300000000	22.601,63
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - PRÓPRIO	11130311030100000000	234.364,57
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - MDE	11130311030200000000	97.651,91
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - ASPS	11130311030300000000	58.591,13
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC. PRÓPRIO	11130311040100000000	5.827,33
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC. MDE	11130311040200000000	2.428,06
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC..- ASPS	11130311040300000000	1.456,82
IRRF-OUTROS RENDIM.PODER EXEC PRÓPRIO-EXECUTIVO	11130341010101000000	181.262,53
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC.- PRÓPRIO-IPASEM	11130341010102000000	28.566,64
IRRF-OUTROS REND PODER EXEC. MDE-EXECUTIVO	11130341010201000000	75.522,71
IRRF-OUTROS REND. PODER EXEC. - MDE- IPASEM	11130341010202000000	11.902,75
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC. ASPS-EXECUTIVO	11130341010301000000	45.312,21
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC.- ASPS-IPASEM	11130341010302000000	7.141,64
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO PRÓPRIO	11130341020100000000	2.913,77
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO - MDE	11130341020200000000	7.304,05
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO- ASPS	11130341020300000000	4.382,42
IPTU-PRINCIPAL PRÓPRIO-PREDIAL	11180111010100000000	8.197.229,54
IPTU-PRINCIPAL PRÓPRIO-TERRITORIAL	11180111010200000000	2.097.078,01

Assinado digitalmente por: CLAUDIA SOUZA DO AMARAL em 10/07/19.

Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1F6A.1C2D.0CFC.50EE.3744.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
3Peça
1794871DOCUMENTO
PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
IPTU - PRINCIPAL - MDE-PREDIAL	11180111020100000000	3.415.204,10
IPTU - PRINCIPAL - MDE-TERRITORIAL	11180111020200000000	873.730,91
IPTU - PRINCIPAL - ASPS-PREDIAL	11180111030100000000	2.049.023,66
IPTU - PRINCIPAL - ASPS-TERRITORIAL	11180111030200000000	524.531,46
IPTU - MULTAS/JUROS - PRÓPRIO	11180112010000000000	51.178,14
IPTU - MULTAS/JUROS - MDE	11180112020000000000	21.190,30
IPTU - MULTAS/JUROS - ASPS	11180112030000000000	12.669,32
IPTU - DÍVIDA ATIVA - PRÓPRIO	11180113010000000000	2.163.223,31
IPTU - DÍVIDA ATIVA - MDE	11180113020000000000	888.499,56
IPTU - DÍVIDA ATIVA - ASPS	11180113030000000000	533.036,16
IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS/JUROS-PRÓPRIOS	11180114010000000000	982.465,94
IPTU-DÍVIDA ATICA MULTAS/JUROS - MDE	11180114020000000000	408.776,63
IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS/JUROS - ASPS	11180114030000000000	245.102,24
ITBI - PRINCIPAL - PRÓPRIO	11180141010000000000	2.189.120,00
ITBI - PRINCIPAL - MDE	11180141020000000000	912.130,91
ITBI - PRINCIPAL - ASPS	11180141030000000000	547.277,73
ISS - PRINCIPAL - PRÓPRIO-FIXO	11180231010100000000	98.515,59
ISS - PRINCIPAL - PRÓPRIO-VARIÁVEL	11180231010200000000	23.485.310,54
ISS - PRÓPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180231010300000000	2.138.977,08
ISS - PRINCIPAL - MDE-FIXO	11180231020100000000	41.037,00
ISS - PRINCIPAL - VARIÁVEL	11180231020200000000	9.781.764,11
ISS - MDE-SIMPLES NACIONAL	11180231020300000000	891.178,33
ISS - PRINCIPAL- ASPS-FIXO	11180231030100000000	24.623,00
ISS - PRINCIPAL - ASPS-VARIÁVEL	11180231030200000000	5.869.040,81
ISS - ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180231030300000000	534.686,00
MULTAS JUROS MORA-ISS-PROPRIO-NORMAL	11180232010100000000	38.103,65
MULTAS JUROS MORA-ISS-PROPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180232010200000000	41.421,64
MULTAS JUROS MORA-ISS-MDE-NORMAL	11180232020100000000	15.850,48
MULTAS JUROS MORA-ISS-MDE-SIMPLES NACIONAL	11180232020200000000	17.187,48
MULTAS JUROS MORA-ISS-ASPS-NORMAL	11180232030100000000	9.502,58
MULTAS JUROS MORA-ISS-ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180232030200000000	10.284,45
ISS - DÍVIDA ATIVA - PRÓPRIO -NORMAL	11180233010100000000	130.734,39
ISS - DIVIDA ATIVA-PRÓPRIO -SIMPLES NACIONAL	11180233010200000000	23.181,01
ISS - DÍVIDA ATIVA - MDE -NORMAL	11180233020100000000	54.464,87
ISS - DÍVIDA ATIVA - MDE-SIMPLES NACIONAL	11180233020200000000	9.657,20
ISS - DÍVIDA ATIVA - ASPS-NORMAL	11180233030100000000	32.676,83
ISS - DÍVIDA ATIVA - ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180233030200000000	5.793,91
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-RÓPRIO - NORMAL	11180234010100000000	100.578,01
TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS		35.413.391,25
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		161.786.537,13
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS		21,89

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

Observações finais:

FECHADO PARA FINS DE CERTIDÃO.

SICM/SAG, em 08/03/2019

DENISE JULIANA FLESCH ROCHA

Auditor Público Externo.

Página

379

Processo
01158-0200/18-9

Página da
peça

4

Peça
1794871

DOCUMENTO
PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801120922021578), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Administração Geral	20	3.083.236,02
Ensino Fundamental	20	17.215.751,67
Ensino Fundamental	31	28.314.924,30
Educação Especial	20	425.768,66
Educação Infantil	31	14.057.214,30
Educação de Jovens e Adultos	20	40.672,85
Educação de Jovens e Adultos	31	250.409,98
Educação Infantil	20	8.306.361,87
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1	30.835.321,25
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	123.182,58
Contas da Receitas		
ISS-D.A.MULTAS/JUROS-PRÓPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180234010200000000	32.047,77
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-MDE -NORMAL	11180234020100000000	41.887,53
ISS DÍV. ATIVA MULTAS/JUROS-MDE-SIMPLES NACIONAL	11180234020200000000	13.349,76
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-ASPS-NORMAL	11180234030100000000	25.125,45
ISS DÍV. ATIVA MULTAS/JUROS ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180234030200000000	8.008,32
COTA PARTE FPM PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180121010000000000	17.792.063,69
COTA PARTE FPM MDE-PRINCIPAL	17180121020000000000	1.482.671,78
COTA PARTE FPM ASPS-PRINCIPAL	17180121030000000000	4.448.015,62
COTA PARTE FPM FUNDEB-PRINCIPAL	17180121040000000000	5.930.687,56
COTA PARTE FPM-1% PRÓP.DEZEMBRO	17180131010000000000	790.214,60
COTA PARTE FPM-1% MDE-DEZEMBRO	17180131020000000000	329.256,07
COTA PARTE FPM-1% ASPS-DEZEMBRO	17180131030000000000	197.553,64
COTA PARTE FPM-1% JULHO-PRÓPRIO	17180141010000000000	770.974,91
COTA PARTE FPM-1% JULHO MDE	17180141020000000000	321.239,55
COTA PARTE FPM-1% JULHO-ASPS	17180141030000000000	192.743,72
COTA PARTE ITR PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180151010000000000	4.827,21
COTA PARTE ITR MDE-PRINCIPAL	17180151020000000000	402,18
COTA PARTE ITR ASPS-PRINCIPAL	17180151030000000000	1.206,69
COTA PARTE ITR FUNDEB-PRINCIPAL	17180151040000000000	1.608,95
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-PRORPIO	17180611010000000000	154.997,13
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-MDE	17180611020000000000	12.916,42
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 ASPS	17180611030000000000	38.749,27
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 FUNDEB	17180611040000000000	51.665,70
COTA PARTE ICMS-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280111010000000000	27.850.223,40
COTA PARTE ICMS-MDEPRINCIPAL	17280111020000000000	2.320.851,63

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
2Peça
1794872DOCUMENTO
PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
COTA PARTE ICMS-ASPS PRINCIPAL	17280111030000000000	6.962.555,38
COTA PARTE ICMS-FUNDEB PRINCIPAL	17280111040000000000	9.283.407,33
COTA PARTE IPVA-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280121010000000000	4.804.537,90
COTA PARTE IPVA MDE-PRINCIPAL	17280121020000000000	220.209,17
COTA PARTE IPVA-ASPS-PRINCIPAL	17280121030000000000	1.201.132,54
COTA PARTE IPVA-FUNDEB PRINCIPAL	17280121040000000000	1.781.678,14
COTA PARTE IPI MUNICÍP.PRÓPRIO-PRINCIPAL	17280131010000000000	407.222,22
COTA PARTE IPI MUNICÍP.MDE-PRINCIPAL	17280131020000000000	33.934,96
COTA PARTE IPI MUNICÍP.ASPS PRÓPRIOS	17280131030000000000	101.805,20
COTA PARTE IPI MUNICÍP.FUNDEB-PRINCIPAL	17280131040000000000	135.740,40
(R) IPTU - PRÓPRIO-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011101010200000	-9.321,02
(R) IPTU - PRÓPRIO-TERRIT.DEVOLUÇÃO	91118011101020200000	-74,64
(R) IPTU PRINCIPAL MDE-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011102010200000	-3.883,63
(R) IPTU - Principal - MDE-TERRIT.-DEVOLUÇÃO	91118011102020200000	-31,09
(R) IPTU - Principal - ASPS-PREDIAL-DEVOLUÇÃO	91118011103010200000	-2.330,15
(R) IPTU - Principal - ASPS-TERRIT.DEVOLUÇÃO	91118011103020200000	-18,65
(R) ITBI - Principal - PRÓPRIO	91118014101000000000	-85.819,78
(R) ISSQN - Principal - PRÓPRIO - FIXO	91118023101010000000	-7.560,02
(R) ISSQN - PRÓPRIOS-DEVOLUÇÕES DIVERSAS	91118023101040000000	-51.640,60
(R) ISSQN - Principal - MDE - FIXO	91118023102010000000	-3.150,00
(R) ISSQN - Principal - ASPS-FIXO	91118023103010000000	-1.890,00
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-60%	11130311010101000000	2.252.603,64
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-60%	11130311010102000000	33.868,26
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-25%	11130311010201000000	938.584,18
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-25%	11130311010202000000	14.111,80
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-15%	11130311010301000000	563.150,20
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-15%	11130311010302000000	8.467,05
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - PRÓPRIO	11130311020100000000	105.023,18
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - MDE	11130311020200000000	37.669,56
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - ASPS	11130311020300000000	22.601,63
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - PRÓPRIO	11130311030100000000	234.364,57
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - MDE	11130311030200000000	97.651,91
IRRF INATIVOS PAGOS PELO RPPS - ASPS	11130311030300000000	58.591,13
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC. PRÓPRIO	11130311040100000000	5.827,33
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC. MDE	11130311040200000000	2.428,06
IRRF PENS.PGS C/RECURSOS TES. MUNIC..- ASPS	11130311040300000000	1.456,82
IRRF-OUTROS RENDIM.PODER EXEC PRÓPRIO-EXECUTIVO	11130341010101000000	181.262,53
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC.- PRÓPRIO-IPASEM	11130341010102000000	28.566,64
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC. MDE-EXECUTIVO	11130341010201000000	75.522,71
IRRF-OUTROS REND. PODER EXEC. - MDE- IPASEM	11130341010202000000	11.902,75
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC. ASPS-EXECUTIVO	11130341010301000000	45.312,21
IRRF-OUTROS REND.PODER EXEC.- ASPS-IPASEM	11130341010302000000	7.141,64
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO PRÓPRIO	11130341020100000000	2.913,77

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
01158-0200/18-9Página da
peça
3Peça
1794872DOCUMENTO
PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO - MDE	11130341020200000000	7.304,05
IRRF-OUTROS REND. PODER LEGISLATIVO- ASPS	11130341020300000000	4.382,42
IPTU-PRINCIPAL PRÓPRIO-PREDIAL	11180111010100000000	8.197.229,54
IPTU-PRINCIPAL PRÓPRIO-TERRITORIAL	11180111010200000000	2.097.078,01
IPTU - PRINCIPAL - MDE-PREDIAL	11180111020100000000	3.415.204,10
IPTU - PRINCIPAL - MDE-TERRITORIAL	11180111020200000000	873.730,91
IPTU - PRINCIPAL - ASPS-PREDIAL	11180111030100000000	2.049.023,66
IPTU - PRINCIPAL - ASPS-TERRITORIAL	11180111030200000000	524.531,46
IPTU - MULTAS/JUROS - PRÓPRIO	11180112010000000000	51.178,14
IPTU - MULTAS/JUROS - MDE	11180112020000000000	21.190,30
IPTU - MULTAS/JUROS - ASPS	11180112030000000000	12.669,32
IPTU - DÍVIDA ATIVA - PRÓPRIO	11180113010000000000	2.163.223,31
IPTU - DÍVIDA ATIVA - MDE	11180113020000000000	888.499,56
IPTU - DÍVIDA ATIVA - ASPS	11180113030000000000	533.036,16
IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS/JUROS-PRÓPRIOS	11180114010000000000	982.465,94
IPTU-DÍVIDA ATICA MULTAS/JUROS - MDE	11180114020000000000	408.776,63
IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS/JUROS - ASPS	11180114030000000000	245.102,24
ITBI - PRINCIPAL - PRÓPRIO	11180141010000000000	2.189.120,00
ITBI - PRINCIPAL - MDE	11180141020000000000	912.130,91
ITBI - PRINCIPAL - ASPS	11180141030000000000	547.277,73
ISS - PRINCIPAL - PRÓPRIO-FIXO	11180231010100000000	98.515,59
ISS - PRINCIPAL - PRÓPRIO-VARIÁVEL	11180231010200000000	23.485.310,54
ISS - PRÓPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180231010300000000	2.138.977,08
ISS - PRINCIPAL - MDE-FIXO	11180231020100000000	41.037,00
ISS - PRINCIPAL - VARIÁVEL	11180231020200000000	9.781.764,11
ISS - MDE-SIMPLES NACIONAL	11180231020300000000	891.178,33
ISS - PRINCIPAL- ASPS-FIXO	11180231030100000000	24.623,00
ISS - PRINCIPAL - ASPS-VARIÁVEL	11180231030200000000	5.869.040,81
ISS - ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180231030300000000	534.686,00
MULTAS JUROS MORA-ISS-PROPRIO-NORMAL	11180232010100000000	38.103,65
MULTAS JUROS MORA-ISS-PROPRIO-SIMPLES NACIONAL	11180232010200000000	41.421,64
MULTAS JUROS MORA-ISS-MDE-NORMAL	11180232020100000000	15.850,48
MULTAS JUROS MORA-ISS-MDE-SIMPLES NACIONAL	11180232020200000000	17.187,48
MULTAS JUROS MORA-ISS-ASPS-NORMAL	11180232030100000000	9.502,58
MULTAS JUROS MORA-ISS-ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180232030200000000	10.284,45
ISS - DÍVIDA ATIVA - PRÓPRIO -NORMAL	11180233010100000000	130.734,39
ISS - DIVIDA ATIVA-PRÓPRIO -SIMPLES NACIONAL	11180233010200000000	23.181,01
ISS - DÍVIDA ATIVA - MDE -NORMAL	11180233020100000000	54.464,87
ISS - DÍVIDA ATIVA - MDE-SIMPLES NACIONAL	11180233020200000000	9.657,20
ISS - DÍVIDA ATIVA - ASPS-NORMAL	11180233030100000000	32.676,83
ISS - DÍVIDA ATIVA - ASPS-SIMPLES NACIONAL	11180233030200000000	5.793,91
ISS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS-RÓPRIO - NORMAL	11180234010100000000	100.578,01

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

F1.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE	40.735.835,82
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)	161.786.537,13
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE	25,18

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

FECHADO PARA FINS DE CERTIDÃO.

SICM/SAG, em 08/03/2019

DENISE JULIANA FLESCH ROCHA

Auditor Público Externo.

Página
383

Processo
01158-0200/18-9

Página da
peça
4

Peça
1794872

DOCUMENTO
PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Fl.

Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: CAMPO BOM**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2018**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
Básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB

Os índices de aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61801120922021578), foram:

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas das Receitas		
COTA PARTE IPI MUNICÍP.FUNDEB-PRINCIPAL	17280131040000000000	135.740,40
COTA PARTE IPI MUNICÍP.MDE-PRINCIPAL	17280131020000000000	33.934,96
COTA PARTE FPM PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180121010000000000	17.792.063,69
COTA PARTE FPM MDE-PRINCIPAL	17180121020000000000	1.482.671,78
COTA PARTE FPM ASPS-PRINCIPAL	17180121030000000000	4.448.015,62
COTA PARTE FPM FUNDEB-PRINCIPAL	17180121040000000000	5.930.687,56
COTA PARTE ITR PRÓPRIO-PRINCIPAL	17180151010000000000	4.827,21
COTA PARTE ITR MDE-PRINCIPAL	17180151020000000000	402,18
COTA PARTE ITR ASPS-PRINCIPAL	17180151030000000000	1.206,69
COTA PARTE ITR FUNDEB-PRINCIPAL	17180151040000000000	1.608,95
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-PRORPIO	17180611010000000000	154.997,13
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96-MDE	17180611020000000000	12.916,42
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 ASPS	17180611030000000000	38.749,27
TRANSF.FINANC.ICMS-L.C.N.87/96 FUNDEB	17180611040000000000	51.665,70
COTA PARTE ICMS-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280111010000000000	27.850.223,40
COTA PARTE ICMS-MDEPRINCIPAL	17280111020000000000	2.320.851,63
COTA PARTE ICMS-ASPS PRINCIPAL	17280111030000000000	6.962.555,38
COTA PARTE ICMS-FUNDEB PRINCIPAL	17280111040000000000	9.283.407,33
COTA PARTE IPVA-PRÓPRIO PRINCIPAL	17280121010000000000	4.804.537,90
COTA PARTE IPVA MDE-PRINCIPAL	17280121020000000000	220.209,17
COTA PARTE IPVA-ASPS-PRINCIPAL	17280121030000000000	1.201.132,54
COTA PARTE IPVA-FUNDEB PRINCIPAL	17280121040000000000	1.781.678,14
COTA PARTE IPI MUNICÍP.PRÓPRIO-PRINCIPAL	17280131010000000000	407.222,22
COTA PARTE IPI MUNICÍP.ASPS PRÓPRIOS	17280131030000000000	101.805,20
TOTAL DA RECEITA		85.023.110,47
Despesas por Recursos Vinculados		
Educação de Jovens e Adultos	31	250.409,98
Educação Infantil	31	14.057.214,30
Ensino Fundamental	31	28.314.924,30
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1	30.835.321,25
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2	75.338,83
(% Aplicação = 13,77)	TOTAL DA DESPESA	11.711.888,50
Base de Cálculo para Aplicação dos 60%		
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.IPI-EXPORTAÇÃO	17580111040000000000	524.467,27
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.ITR	17580111050000000000	129.128,45
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.IPVA	17580111060000000000	2.930.018,36
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.ITCMD-ESTADOS	17580111070000000000	582.542,20
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.ICMS	17580111030000000000	35.153.667,23

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO NO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Fl.

Rubr.

SIA1420

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Base de Cálculo para Aplicação dos 60%		
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.FPM	17580111010000000000	8.505.096,52
TRANS.RECURS.FUNDEB-PARC.LC-87/96	17580111020000000000	195.190,80
REM.DEP.BANC.REC.VINC.FUNDEB PRINCIPAL	13210011010200000000	75.338,83
(Aplicação 60% = 28.857.269,8)	TOTAL DA RECEITA	48.095.449,66
Aplicação Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério Efetivo Exercício		
Ensino Fundamental	31	24.404.213,62 *
Educação de Jovens e Adultos	31	223.936,64
Educação Infantil	31	12.571.444,14
(% Aplicação = 77,35)	TOTAL DA RECEITA	37.199.594,40
Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior		
Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2017	1	80.433,24
Plus do FUNDEB - Exercício de 2017	2	27.334.240,97
(Limite Aplicação 5% = 1.370.733,71)	TOTAL DA RECEITA	27.414.674,21
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB		11.711.888,50
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (base de cálculo)		85.023.110,47
ÍNDICE DE APLICAÇÃO FUNDEB		13,77
TOTAL DA APLICAÇÃO FUNDEB destinada ao pagamento dos profissionais do magistério		37.199.594,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA (base de cálculo)		48.095.449,66
ÍNDICE DE APLICAÇÃO		77,35

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- Foi excluído do cômputo dos 60% do Fundeb o valor total de R\$ 4.695.142,59 de Ensino Fundamental referente à Amortização do Passivo Atuarial, pois tal valor não deve ser computado no percentual aplicado no pagamento da remuneração dos professores do magistério, da educação básica, em efetivo exercício.

SICM/SAG, em 12/07/2019

CLÁUDIA SOUZA DO AMARAL

Auditor Público Externo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

**DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO**

Este documento contém informações que, por sua natureza ou pela situação atual do processo, só podem ser disponibilizadas a um grupo restrito de pessoas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.

Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida,
apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61802122654770460), foi
ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

TÍTULO DA CONTA (2018)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 90832619000155		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	9100000000000000	-17.351.913,02
RECEITAS CORRENTES	1000000000000000	251.712.622,40
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-60%	11130311010101000000	2.252.603,64
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-60%	11130311010102000000	33.868,26
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-25%	11130311010201000000	938.584,18
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-25%	11130311010202000000	14.111,80
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-15%	11130311010301000000	563.150,20
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-15%	11130311010302000000	8.467,05
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - PRÓPRIO	11130311020100000000	105.023,18
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - MDE	11130311020200000000	37.669,56
IRRF ATIVOS/INAT. PODER LEGISLATIVO - ASPS	11130311020300000000	22.601,63
		0,00
Despesas com Pessoal		
ABONO DE PERMANÊNCIA - RPPS	3190110701000000	47.452,99
INDENIZAÇÃO PARA DEMISSÃO DE SERVIDORES/	3190940101000000	1.894.109,43
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/ASSISTÊNCIA-ATIVOS	3191130801000000	1.428.997,83
AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DO RPPS	3191139901000000	11.566.396,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	123.234.630,04 *
		108.297.673,20
Deduções		
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-60%	11130311010101000000	2.252.603,64
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-60%	11130311010102000000	33.868,26
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-25%	11130311010201000000	938.584,18
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-25%	11130311010202000000	14.111,80
IRRF-ATIVO/INAT.EXECUTIVO-15%	11130311010301000000	563.150,20
IRRF-ATIVO/INAT.IPASEM-TESOURO-15%	11130311010302000000	8.467,05
		-3.810.785,13
Restos a Pagar Não Processados		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	37.914,81
		37.914,81
CNPJ: 94707817000148 - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	9100000000000000	-1.034.139,36
(R) REC.REND.APLIC.PREVIDENCIA-IPASEM	91321004101010000000	-1.009.338,55
CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	12100421010000000000	5.678.119,18
CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-IPASEM	12100421020000000000	40.808,01
CONTR.PREV.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS-CÂMARA	12100421030000000000	24.410,92
CONTR.PREV.SERV.INATIVO CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	12100431010000000000	10.350,95
CONTR.PREV.SERV.INATIVO CIVIL-RPPS-IPASEM	12100431020000000000	56.549,40
CONTR.PREV.PENSIONISTAS CIVIL-RPPS-EXECUTIVO	12100441010000000000	3.108,30
CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-EXECUTIVO	12100631010101000000	3.964.216,93
CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-IPASEM	12100631010102000000	34.266,42
CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIT.SAUDE-CAMARA	12100631010103000000	19.038,08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.

Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

TÍTULO DA CONTA (2018)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94707817000148 - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM		
Receita Corrente Líquida		
CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	12100631010201000000	145.145,96
CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-IPASEM	12100631010202000000	1.695.742,21
CONTR.SERV.INATIVO P/ASSIST.MÉDICA-CÂMARA	12100631010203000000	7.663,24
CONTR.SERV.PENSIONISTA P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	12100631010301000000	24.173,44
CONTR.SERV.PENSIONISTA P/ASSIST.MÉDICA-IPASEM	12100631010302000000	181.665,08
COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	12100631020101000000	334.501,55
COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-IPASEM	12100631020102000000	4.499,88
COOPARTIC.SERV.ATIVO-ASSIST.MÉD.-CÂMARA	12100631020103000000	223,66
COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	12100631020201000000	32.279,27
COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-IPASEM	12100631020202000000	287.271,54
COOPARTIC.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD.-CÂMARA	12100631020203000000	840,93
COOPARTIC.PENSIONISTA-ASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	12100631020301000000	484,29
COOPARTIC.PENSIONISTA-ASSIST.MÉD.-IPASEM	12100631020302000000	64.601,05
REC.REND.APLIC.PREVIDENCIA-IPASEM	13210041010100000000	8.864.709,79
REC.REND.APLIC.INVEST.RENDA VARIÁVEL-IPASEM	13210041020100000000	197.023,98
(R)CONTR.SERV.ATIVO P/ASSIST.MÉDICA-EXECUTIVO	91210063101010100000	-3.742,79
(R) CONTR.SERV.INATIVO-ASSIST.MÉD-IPASEM	91210063101020200000	-172,15
(R)REC.COOPART.SERV.ATIVOASSIST.MÉD.-EXECUTIVO	91210063102010100000	-918,60
(R)REC.COOPART.SERV.INATIVOS ASSIST.MÉD.IPASEM	91210063102020200000	-236,80
(R) COOPARTIC. PENSIONISTA-ASSIST.MÉD-IPASEM	91210063102030200000	-432,97
RECEITAS CORRENTES	100000000000000000	25.529.354,78
		0,00
Despesas com Pessoal		
APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	3190010101000000	7.840.981,58
APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	3190010102000000	1.245.557,99
APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS	3190010103000000	98.611,80
APOSENTADORIAS PROFESSOR	3190010104000000	4.535.660,62
13º SALÁRIO APOSENTADOS - IPASEM	3190010601000000	1.125.199,14
13º SALÁRIO APOSENTADOS - MUNICIPIO / CAMARA	3190010602000000	124.396,93
APOSENTADORIAS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - LM. 3156/08-PREF	3190019901000000	464.431,20
APOSENTADORIAS PROFESSOR - LM 3156/08-PREF.	3190019902000000	973.089,84
APOSENTADORIAS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - LM 3164/08 - CÂMARA	3190019903000000	55.178,15
CIVIS	3190030100000000	1.770.587,01
13º SALÁRIO PENSIONISTAS - IPASEM	3190030301000000	146.609,74
13º SALÁRIO PENSIONISTAS - MUNICÍPIO	3190030302000000	22.102,57
OUTRAS PENSÕES	3190039900000000	265.230,84
AUXÍLIO-DOENÇA - PESSOAL ATIVO	3190050001010000	873.234,49
SALÁRIO MATERNIDADE - PESSOAL ATIVO	3190050001030000	702.252,37
SALÁRIO-FAMÍLIA DE SEGURADOS	3190050001050000	51.371,56
PRECATÓRIOS - PENSIONISTA CIVIL	3190913600000000	1.061,81
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/ASSISTÊNCIA-ATIVOS	3191130801000000	10.332,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	21.187.349,12
		881.458,95

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: CAMPO BOM

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

TÍTULO DA CONTA (2018)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		105.406.261,83

TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL	105.406.261,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)	234.222.993,10
% DESPESA COM PESSOAL / RCL	45,00

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

Com base nas informações contidas no item 1.1.2 do Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Gestão nº 1364-0200/16-0, foi adicionado à Despesa com Pessoal o valor total de R\$ 1.097.488,40 referente ao exercício de 2018, apropriado na rubrica 339039999900000, correspondente às terceirizações irregulares de serviços especializados na área da saúde.

SICM/SAG, em 08/03/2019

DENISE JULIANA FLESCH ROCHA

Auditor Público Externo.

Recibo de Informações Nº 11/2018
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

LEI DA TRANSPARÊNCIA
(Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009)

Órgão: PM DE CAMPO BOM

Site: www.campobom.rs.gov.br

População: 66156

Período da Pesquisa: 06/08/2018 a 11/10/2018.

Período para apresentação dos recursos: 15/10/2018 a 26/10/2018 conforme orientações dos **Ofícios Circulares DCF nº 23/2018, de 01/10/2018 e nº 24/2018, de 09/10/2018.**

Justificativa/Observação:

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
5) Registro de despesas (Art. 48-A, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S		S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S		S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S		S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S		S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
6) Registro de receitas (Art. 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Natureza da receita	S		S
- Previsão dos valores da receita	S		S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
7) Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)			
- A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior	S		S
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S		S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S		S
- Existência de histórico das informações	S		S
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S		S
- PPA - Lei Nº e Ano	4641/2017		4641/2017
- PPA - Existência do anexo PPA	S		S
- Existência da LDO	S		S
- LDO - Lei nº e Ano	4682/2017		4682/2017
- LDO - Existência do anexo LDO	S		S
- Existência da LOA	S		S
- LOA - Lei nº e Ano	4704/2017		4704/2017
- LOA - Existência do anexo LOA	S		S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
Balanco Orçamentário	S		S

Balanço Financeiro	S		S
Balanço Patrimonial	N		N
Demonstração das Variações Patrimoniais	S		S
Demonstração dos Fluxos de Caixa	S		S

Demais orientações encaminhadas aos Jurisdicionados:

- Ofício Circular nº 13/2018, de 18/05/2018: Orientação sobre publicação das Demonstrações Contábeis;

- Ofício Circular nº 18/2018, de 25/06/2018: Orientação sobre as publicações para atendimento do art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

Código de Autenticação

MGWD2-VTLX2-FYYT5

Recibo de Informações Nº 11/2018
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Aplicação da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011

Órgão: PM DE CAMPO BOM

Site: www.campobom.rs.gov.br

População: 66156

Período da Pesquisa: 06/08/2018 a 11/10/2018.

Período para apresentação dos recursos: 15/10/2018 a 26/10/2018 conforme orientações dos **Ofícios Circulares DCF nº 23/2018, de 01/10/2018 e nº 24/2018, de 09/10/2018.**

Justificativa/Observação:

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
1) Pedido de informações por meio da internet (Artigos 9º e 10, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
2) Relatório de pedidos de informação (Artigo 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
3) Informações organizacionais (Artigo 8º, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011)			
- Registro de Competências	S*		S*
- Estrutura Organizacional	S*		S*
- Endereço de Unidades	S*		S*
- Telefone da Unidade	S*		S*
- Horário de Atendimento	S*		S*
4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	N		S
8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
9) Informações sobre contratos celebrados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
11) Administração do patrimônio público - Imóveis (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S

Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
12) Administração do patrimônio público - Veículos (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, §1º, III e § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S		S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S		S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
14) Diárias (Artigo 8º, §1º, III e § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Nome do beneficiário	S		S
- Cargo do beneficiário	S		S
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S		S
- Período de afastamento	S		S
- Motivo do afastamento	S		S
- Local de destino	S		S
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
15) Publicação de respostas a perguntas mais frequentes (Artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	S		S
16) Ferramenta de pesquisa (Artigo 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	N		N
17) Canal de Comunicação com o Cidadão ("fale conosco" - Ouvidoria) (Artigo 8º, § 3º, inciso VII, da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	3,50		3,50
19) Instrumento Normativo local que regulamente a LAI (Artigo 45 da Lei nº 12.527/2011)	S*		S*
20) Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo (Artigo 7º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
Disponibilização de três serviços e atividades	S*		S*
Disponibilização superior a 6 serviços e atividades	S*		S*

S*: quesito atendido nas duas últimas pesquisas, item não avaliado nessa edição.

Demais orientações encaminhadas aos Jurisdicionados:

- Ofício Circular nº 13/2018, de 18/05/2018: Orientação sobre publicação das Demonstrações Contábeis;
- Ofício Circular nº 18/2018, de 25/06/2018: Orientação sobre as publicações para atendimento do art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

Código de Autenticação
MGWD2-VTLX2-FYYT5



Item: 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: Existência de histórico das informações (art. 8º, da Lei nº 12.527/2011);
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011) ;
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, da Lei nº 12.527/2011);
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI, da Lei nº 12.527/2011);

Justificativa: AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO RELATÓRIO NÃO PERMITEM A IDENTIFICAÇÃO ATUAL DOS PROGRAMAS, AÇÕES, PROJETOS E OBRAS

TCRS - Questionários Iniv

Prefeitura Municipal de Cam

Portal da Transparência

Portal da Transparência

Portal da Transparência

Portal da Transparência

contas.campobom.rs.gov.br/multi24/sistemas/transparencia/gerador.php?secao=despesa_por_categoria&relatorio=06/2018&id_organizacao=8&id_recurso=8&id_projeto_atividade=8&id_categoria=344905100000000

Órgão: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade: FUNDO MUNIC DE SEGURANÇA PÚBLICA
Função: Segurança Pública
Subfunção: Policiamento
Programa: Segurança do Cidadão
Projeto Atividade: MANUT. FUNDO MUNIC DE SEGURANÇA PÚBLICA
Recurso: FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

344905100000000 - Código Reduzido - 402032 OBRAS E INSTALAÇÕES

Crédito					
Orçamentário	Suplementar	Especial	Extraordinário	Redução	Total
500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00

Empenhado		Liquidado	
Mês	Acumulado	Mês	Acumulado
0,00	0,00	0,00	0,00

Pago		Saldo	
Mês	Acumulado	A Empenhar	Liquidar
0,00	0,00	500,00	0,00
		A Pagar	
		0,00	

TOTAL DO ORGÃO

Crédito					
Orçamentário	Suplementar	Especial	Extraordinário	Redução	Total
74.500,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	59.500,00

Empenhado		Liquidado	
Mês	Acumulado	Mês	Acumulado
0,00	0,00	0,00	0,00

Pago		Saldo	
Acumulado	Mês	A Empenhar	Liquidar
0,00	0,00	59.500,00	0,00
		A Pagar	
		0,00	

Iniciar

Caixa de entrada - Caixa...

2 Diversos

TCE - Tribunal de Contas...

Novo(a) Documento de ...

TCE-RS - Sistemas Corpor...

LAI e 131

imagem.bmp - Pant

Portal da Transparên...

Microsoft Excel - Regis...

Adobe Reader - [CARTEL...

13:39

quarta-fei

08/08/2020

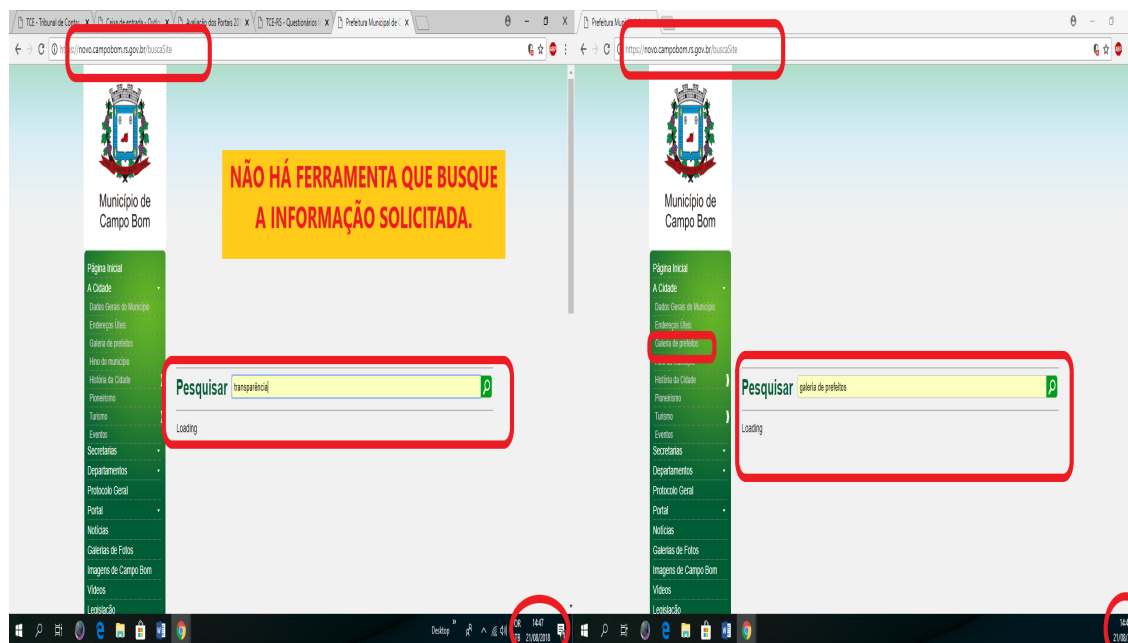
ACESSO EM 08-08-2018 AS 13:43

Item: 16) Ferramenta de pesquisa(Artigo 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta:

Justificativa: NÃO HÁ FERRAMENTA QUE REALIZE A BUSCA INTERNA NO PORTAL.

SEGUIR ORIENTAÇÕES DA CARTILHA TCE:
http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/orientacoes_gestores/acesso_informacao_pratica.pdf



ACESSO EM 21-08-2018.

Pergunta: Balanço Patrimonial;

Justificativa: A diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro não coincide com o total divulgado no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

Assinado digitalmente por: CLAUDIA SOUZA DO AMARAL em 10/07/19.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EDBB.5447.D7E1.A798.7EB4.

Ano Remessa	Jurisdicionado	Sigla Serviço Regi	Função	Subfunção	Dotação Autorizada	ção Autorizada %	Empenho	Empenho%	Liquidação	Pagamento	Pagamento%
2018	PM DE CAMPO BOM	SRPA-II	Educação	Ensino Fundamental	10.603.072,77	100,00%	4.695.142,59	100,00%	4.695.142,59	4.695.142,59	100,00%
					10.603.072,77	100,00%	4.695.142,59	100,00%	4.695.142,59	4.695.142,59	100,00%

Status da Seleção:
Ano Empenho: 2018
Cod Característica Peculiar: 501
Rubrica: AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DO RPPS
Ano Remessa: 2018
Bimestre: 6
Jurisdicionado: PM DE CAMPO BOM
Município: CAMPO BOM



RELATÓRIO DE CONTAS DE GOVERNO

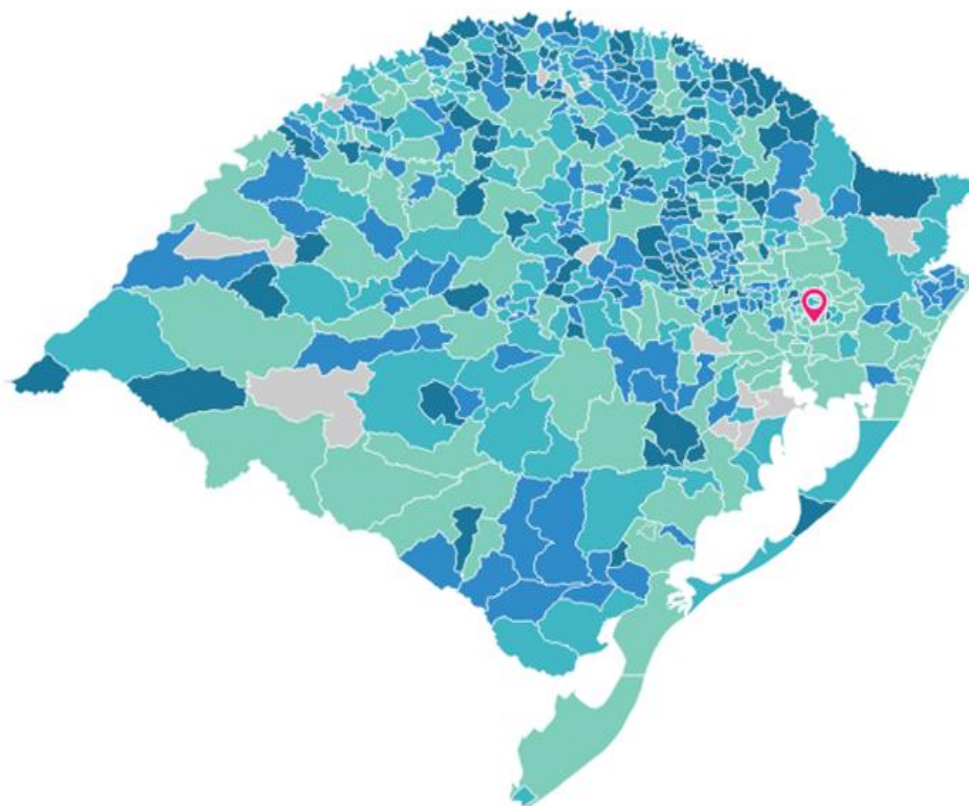
EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 01158-02.00/18-9

JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

CNPJ: 90.832.619/0001-55

EXERCÍCIO: 2018





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

3. IDENTIFICAÇÃO

4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM

6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC FEDERAL Nº 12.527/2011

7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

7.1 DO PLANO PLURIANUAL – PPA

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

8. DA GESTÃO FISCAL

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

8.1.3 Das Audiências Públicas

8.1.4 Da Lei da Transparência

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida – RCL

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

8.2.4 Das Operações de Crédito

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

9.3 DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AS DESPESAS DE CAPITAL - REGRA DE OURO

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

12. CONCLUSÃO

13. INTIMAÇÕES



1. INTRODUÇÃO

A apreciação das Contas Anuais de Governo, prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes federativos, constitui uma das funções precípua dos Tribunais de Contas do Brasil. Ocorre mediante a emissão de Parecer Prévio e tem caráter consultivo e opinativo, constituindo subsídio indispensável para o julgamento político exercido pelos respectivos Poderes Legislativos.

Nesse sentido, a Resolução TCE/RS nº 1028/2015 determina, em seu art. 9ª, inciso IV, que compete às Câmaras desta Corte de Contas a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo que os Prefeitos, anualmente, devem submeter ao Poder Legislativo Municipal.

Este Relatório Consolidado sobre as Contas de Governo tem como principal finalidade auxiliar na elaboração do referido parecer, pois, de acordo com o art. 71 da Resolução TCE/RS nº 1028/2015, serão consideradas para a elaboração do mesmo as análises da gestão fiscal e da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde, assim como os demais documentos indicados em resoluções próprias.

As análises apresentadas neste relatório foram efetuadas a partir do conjunto de dados e informações encaminhados bimestralmente a este Tribunal de Contas pelos jurisdicionados da esfera municipal e colocados à disposição dos técnicos para consultas e pesquisas através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. Esse sistema compreende dois programas, a saber: o Programa Autenticador de Dados – PAD e a Manifestação Conclusiva do Controle Interno – MCI, que são disponibilizados pelo TCE/RS e, de forma automática e eletrônica, geram os seguintes relatórios:

- **Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE:** contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO. Integra o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo;
- **Relatório de Gestão Fiscal – RGF:** apresenta o montante da Receita Corrente Líquida, a apuração dos percentuais de Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, além dos Restos a Pagar inscritos com suficiência ou insuficiência financeira. Todos estes itens são detalhados no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE;
- **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP:** Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;
- **Manifestação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI acerca do cumprimento da LRF:** deve obrigatoriamente acompanhar o RGF, nos termos da Instrução Normativa TCE nº



01/2016. Composta por dados cadastrais do sistema de controle interno do fiscalizado e por questionamentos objetivos, sendo utilizado como subsídio à análise.

Através desses relatórios, considerando os documentos de códigos de barra nºs 61801120922021578 e 31804120454751353, tendo por base o disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 1052/2015¹ e nas Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016 e nº 12/2017 e considerando ainda os ajustes que se fizeram necessários segundo entendimento desta Corte, foi efetuada a análise das Contas de Governo referente ao exercício de 2018.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/RS nº 05/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.

2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Campo Bom está situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Campo Bom, pela Lei Estadual nº 3.707, de 31-01-1959, desmembrado de São Leopoldo. Para maiores informações sobre a cidade, recomenda-se o acesso ao site: <http://www.campobom.rs.gov.br/>.

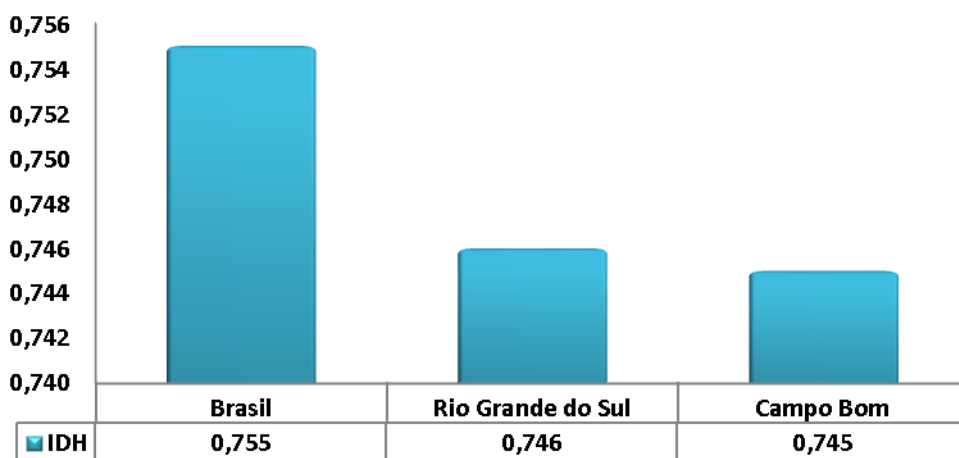
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/campo-bom/panorama>), no último censo de 2010 o município possuía 60.074 habitantes.

Ainda com base nos dados do IBGE, o Município de Campo Bom apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,745, em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 129ª posição no ranking estadual.

¹ Revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, válida a partir de 22/11/2018.



IDH (2010)



Em 2015, o município apresentava PIB per capita de R\$ 40.523,22. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era 101 de 497. Já na comparação com cidades de todo Brasil sua colocação era 440 de 5.570. Em 2015, tinha 60,3% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 462 de 497 e, quando comparado a cidades de todo o Brasil, ficava em 4.811 de 5.570.

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O IEGM/TCERS é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação; Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Defesa Civil; Gestão de TI e Gestão Fiscal. Estes indicadores são consolidados em um único índice: IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

1 - Educação: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à Educação Infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Reúne informações sobre: avaliação escolar; planejamento de vagas; atuação do Conselho Municipal de Educação; problemas de infraestrutura; merenda escolar, situação e qualificação de professores; quantitativo de vagas; material e outros.

2 - Saúde: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal por meio de uma série de quesitos específicos. Possui ênfase em processos realizados pelas Prefeituras Municipais relacionados à atenção básica; cobertura e ação do Programa Saúde da Família; atuação do Conselho Municipal da Saúde; assiduidade dos médicos; atendimento à população



para tratamento de doenças, como a tuberculose, e prevenção de doenças, como a dengue; controle de estoque de insumos; cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população;

3 - Planejamento: Verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis. Possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

4 - Gestão Fiscal: Mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

5 - Meio Ambiente: Mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre: resíduos sólidos; saneamento básico; educação, estrutura e conselho ambiental;

6 – Cidades Protegidas: Mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil;

7 – Governança de TI: Mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre planejamento, políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os maiores beneficiados com a apuração deste indicador são: (a) a sociedade, que obtém mais informações para acompanhar as gestões; (b) as Administrações municipais, que podem usar os dados para seu planejamento e ter contato com outras cidades para compartilhar boas práticas e (c) os demais órgãos públicos, que podem usar os dados para dar suporte a suas atividades.

O IEGM/TCERS possui 5 (cinco) faixas de resultado:

- Altamente Efetiva: IEGM maior ou igual a 90%;
- Muito Efetiva: IEGM entre 75% e 89,9%;
- Efetiva: IEGM entre 60% e 74,9%;
- Em fase de Adequação: IEGM entre 50% e 59,9%;
- Baixo nível de adequação: IEGM menor ou igual a 49,9%.

Os dados utilizados para o cálculo dos resultados foram extraídos das prestações de contas periódicas que os municípios enviam para o Tribunal de Contas e foram obtidos por meio de pesquisa preenchida diretamente pelos entes jurisdicionados da área municipal, no ano de 2017.



Importante destacar que o indicador setorial “I-Planejamento” não foi cobrado dos municípios nas aplicações referentes aos exercícios de 2015 e 2016, devido à complexidade das questões e a necessidade de os jurisdicionados estruturarem suas informações nesse tema. A partir do levantamento de dados referente ao exercício de 2017, o critério passou a ser considerado para fins de cálculo do índice.

Ainda, para 2017, municípios que responderam parcialmente aos questionários **não tiveram seus índices setoriais calculados**. A estes municípios foi atribuído o conceito NÃO INFORMADO para todos os critérios e índice global.

O Município de Campo Bom apresentou o seguinte resultado:

Critério	Nota
IEGM	Efetiva
i-Educ	Efetiva
i-Saude	Muito Efetiva
i-Planejamento	Baixo nível de adequação
i-Fiscal	Muito Efetiva
i-Amb	Muito Efetiva
i-Cidade	Altamente Efetiva
i-Gov TI	Muito Efetiva

As informações referentes ao IEGM podem ser acessadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (www.tce.rs.gov.br), no link “IEGM TCE-RS”.

3. IDENTIFICAÇÃO

Abaixo constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo, ora analisadas:

Gestores Municipais e Substitutos		
Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito Municipal	Luciano Liborio Baptista Orsi	01-01-18 a 11-01-18, 17-01-18 a 18-01-18, 02-02-18 a 18-02-18, 23-02-18 a 27-02-18, 02-03-18 a 20-05-18, 26-05-18 a 27-05-18, 31-05-18 a 11-06-18, 15-06-18 a 03-07-18, 06-07-18 a 12-07-18



		19-07-18 a 05-08-18, 16-08-18 a 04-11-18, 15-11-18 a 31-12-18
Vice-Prefeito Municipal	Jose Roberto dos Santos	12-01-18 a 16-01-18, 19-01-18 a 01-02-18, 19-02-18 a 22-02-18, 28-02-18 a 01-03-18, 21-05-18 a 25-05-18, 28-05-18 a 30-05-18, 12-06-18 a 14-06-18, 04-07-18 a 05-07-18, 13-07-18 a 18-07-18
		06-08-18 a 09-08-18, 10-08-18 a 15-08-18, 05-11-18 a 14-11-18

Abaixo informamos os profissionais técnicos responsáveis pela elaboração das informações do Poder Executivo ora analisadas por esta Corte de Contas:

Responsáveis Técnicos		
Cargo	Nome	Período
Contadora	Ilone Maria Zimmermann	01-01-18 a 31-12-18
Controle Interno	Jocelaine dos Santos Luongo	01-01-18 a 31-12-18

4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

Compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

PODER EXECUTIVO	
ADM. DIRETA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
ADM. INDIRETA:	IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal - RGF está previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, em regra ao final de cada quadrimestre.

A Lei de Responsabilidade Fiscal faculta em seu art. 63, aos municípios com menos de 50 mil habitantes, a emissão do RGF de forma semestral. Entretanto, esse prazo não se aplica aos municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e aos prazos correspondentes, conforme disposto no §2º art. 63 da mesma lei.

O prazo de entrega do RGF está definido no art. 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais - exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente; e

II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes - exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente.

§ 1º O prazo referido no inciso II deste artigo não se aplica aos Municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e sujeitos aos prazos estipulados no inciso I deste artigo.

§ 2º Para o fim do que dispõe este capítulo, a extrapolação dos limites definidos na legislação em um dos Poderes, Executivo ou Legislativo, compromete toda a esfera correspondente, não havendo, portanto, compensação entre ambos.

Cumprido referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que os RGF's, a partir do ano de 2019, deverão ser entregues à este Tribunal de Contas, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder.



Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos de entrega dos RGF's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos períodos a que corresponder.**

De acordo com o art. 55 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Nos termos do art. 3º, § 2º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF corresponderá, no Poder Executivo ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterà o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE).

O referido relatório, conforme art. 2º, inciso II, da Resolução TCE nº 1052/2015, será acompanhado, obrigatoriamente, de Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno sobre o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As entregas dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
3ºQ/2017*	31-01-18	19-01-18	0	836613
1ºQ/2018	01-06-18	23-05-18	0	1259095
2ºQ/2018	28-09-18	24-09-18	0	1482901

* Processo de Contas de Governo nº04274-02.00/17-3

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015, na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, e nos arts. 54 e 55 da LC Federal nº 101/2000 – LRF.

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017.



Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa TCE nº 25/2007.

Cumprе referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que os RVE's, a partir do ano de 2019, devem ser entregues à este Tribunal de Contas mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento de cada mês.

Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos bimestrais de entrega dos RVE's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres a que se referem**.

O Relatório de Validação e Encaminhamento contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, e integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017.

As entregas dos Relatórios de Validação e Encaminhamento (RVE), conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
6ºB/2017*	31-01-18	19-01-18	0	836540
1ºB/2018 ²	30-04-18	27-03-18	0	952870
2ºB/2018	01-06-18	23-05-18	0	1254194
3ºB/2018	31-07-18	24-07-18	0	1378761
4ºB/2018	28-09-18	24-09-18	0	1480978
5ºB/2018	30-11-18	26-11-18	0	1582002

* Processo de Contas de Governo nº04274-02.00/17-3

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015.

² Tendo em vista as novas validações de informações que o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC implementou na versão do sistema para a entrega das remessas do 1º bimestre de 2018 e considerando o cruzamento de dados com o Sistema de Licitações e Contratos - LICITACON e a necessidade de correção, por parte dos jurisdicionados, de inconsistências apontadas pelo SIAPC devido à falta de cadastro de várias licitações e contratos no sistema LICITACON, o TCE/RS prorrogou o prazo de entrega das remessas do SIAPC/PAD relativas ao 1º bimestre de 2018 para até dia 30 de abril de 2018, conforme Ofício Circular DCF nº 05/2018.



5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

Nos termos dispostos no art. 2º, inciso II da Resolução TCE nº 1052/2015, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno. Já a Instrução Normativa TCE nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração do referido documento.

Os referidos documentos devem ser enviados a este Tribunal nos prazos previstos no artigo 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral.

Cumprir referir que em 22/11/2018, a referida Resolução foi revogada pela Resolução TCE/RS nº 1099/2018, alterando os citados prazos de entrega. A nova norma determina que as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno, a partir do ano de 2019, deverão ser entregues à este Tribunal de Contas, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder.

Com isso, para o exercício de 2018, estão mantidos os prazos de entrega dos MCI's, sendo o limite o **último dia útil do mês seguinte ao término dos períodos a que corresponder.**

As entregas da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
3ºQ/2017*	31-01-18	19-01-18	0	845511
1ºQ/2018	01-06-18	23-05-18	0	1259703
2ºQ/2018	28-09-18	24-09-18	0	1488611

* Processo de Contas de Governo nº04274-02.00/17-3

Em observância à Resolução TCE nº 1052/2015 e à Instrução Normativa TCE nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues nos prazos estabelecidos.**

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo sobre as contas de governo que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da Administração, serão consideradas as análises da gestão fiscal e da documentação fixada na Resolução TCE/RS nº



1099/2018³ que o Executivo Municipal deve, obrigatoriamente, entregar no Tribunal de Contas em formato eletrônico no prazo fixado pela mesma.

De acordo com o art. 2º, inciso III da Resolução TCE/RS nº 1099/2018, deverão ser entregues **até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte**, os seguintes documentos:

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: (...)

III – até o dia 30 de janeiro do exercício seguinte:

- a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS;
- b) relatório e parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo;
- c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;
- d) declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito foram devidamente encaminhadas ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal – BLM;
- e) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;
- f) declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados; e
- g) os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio.

Com base no protocolo eletrônico nº 197746, verifica-se que a entrega da Prestação de Contas foi efetuada **dentro do prazo** indicado no art. 2º, inciso III, da Resolução TCE/RS nº 1099/2018.

³ Revogou a Resolução TCE/RS nº 1052/2015 que dispunha de prazo diferente para a entrega da documentação. A entrega antes era feita até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte.



5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - BLM

A Base de Legislação Municipal – BLM foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para ser instrumento de suporte à execução das atribuições e competências desta Corte de Contas, bem como ser fonte de informações aos jurisdicionados e de consulta pública. O seu acesso para consulta externa é disponibilizado gratuitamente aos entes municipais, órgãos da administração pública e ao público em geral.

Os procedimentos para remessa das normas à Base de Legislação Municipal estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009 e na Resolução TCE/RS nº 843/2009.

Devem integrar a BLM todas aquelas normas expedidas pelos órgãos e entes jurisdicionados da esfera municipal que estão relacionadas no Anexo da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009. O encaminhamento destas normas assim como a responsabilidade pela validade, integridade e consistência das informações encaminhadas e disponibilizadas é de responsabilidade do Administrador destes mesmos órgãos e entidades.

De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, as remessas à BLM deverão atender ao seguinte cronograma:

Art 6º (...)

I - normas editadas durante os meses de janeiro, fevereiro e março: envio até 10 de abril do mesmo ano;

II - normas editadas durante os meses de abril, maio e junho: envio até 10 de julho do mesmo ano;

III - normas editadas durante os meses de julho, agosto e setembro: envio até 10 de outubro do mesmo ano;

IV - normas editadas durante os meses de outubro, novembro e dezembro: envio até 10 de janeiro do exercício seguinte.

As entregas da Base de Legislação Municipal, conforme protocolos eletrônicos - relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Data da Entrega	Dias de atraso
4º Trimestre/2017	10-01-18	10-01-18	0
1º Trimestre/2018	10-04-18	06-04-18	0
2º Trimestre/2018	10-07-18	09-07-18	0
3º Trimestre/2018	10-10-18	04-10-18	0

Tendo em vista as informações do quadro acima, verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM



foram realizadas de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 843/2009 e Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009.

6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC Federal nº 12.527/2011

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXIII, prevê que todos têm direito a receber informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, de órgãos públicos, que serão prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade. A Carta Magna estabelece ainda, em seu art. 37, §3º, inciso II que a lei disciplinará as formas de participação dos usuários na administração pública regulando o acesso dos usuários a registros administrativos sobre atos de governo.

Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação – LAI regulamentou este direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgãos e entidades.

O art. 8º, §1º da referida lei estabelece quais informações mínimas deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, em local de amplo acesso, independente de requerimento, quais sejam:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ademais, a LAI, em seu art. 8º, § 3º, institui os requisitos que os sítios dos órgãos públicos deverão atender:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;



IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Cabe referir que constitui conduta ilícita, ensejando responsabilização do agente público, “recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” (art. 32, III, Lei nº 12.527/2011).

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011, **não estão sendo cumpridas**, conforme se demonstra nas peças 2076478 e 2076483. Estão sendo descumpridos os seguintes requisitos:

- Item 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;
- Item 16) Ferramenta de pesquisa;

Registra-se que esta matéria foi apontada no Processo de Contas de Governo do exercício de 2017 nº 4274-0200/17-3, julgado em 03/04/2019, com decisão por recomendar ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas e adote medidas efetivas visando à sua regularização.

7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 um processo integrado de alocação de recursos que compreende as atividades de planejamento e orçamento, mediante a definição de três instrumentos de iniciativa do Poder Executivo, a saber:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Tendo em vista seu caráter autorizativo, todos estes instrumentos são elaborados em forma de leis.



Independente do fato de a Carta Maior se referir à “administração pública federal”, importante destacar que todas as normativas referentes ao orçamento devem ser obrigatoriamente seguidas pelos Estados e Municípios. Competindo às Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais adaptarem as regras constitucionais às suas respectivas estruturas.

7.1 DO PLANO PLURIANUAL - PPA

De acordo com o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA pode ser considerado um plano de médio prazo, que traz o planejamento da aplicação de recursos do ente governamental, de modo a suprir as necessidades da sociedade e a atenuar a desigualdade entre as sub-regiões existentes nos municípios.

O Plano Plurianual orienta as demais leis orçamentárias, pois serve de parâmetro para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

No Município de Campo Bom, o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 foi instituído pela Lei Municipal nº 4641/2017.

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

O § 2º do art. 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é um instrumento de planejamento de curto prazo (um ano). É a ferramenta que faz a ligação entre o PPA e a LOA, tendo em vista que deve ser elaborada em consonância com o PPA e também orienta a elaboração da LOA.

O art. 4º, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101/2000, determinou ainda novas atribuições para a LDO, a saber:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;



b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31; (...)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Também na Lei de Responsabilidade Fiscal foi inserida a obrigatoriedade do envio, na LDO, do Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º) e do Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e § 2º).

No Município de Campo Bom, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018 foi instituída pela Lei Municipal nº 4682/2017.

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 5º determina que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que o ente direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A Lei Orçamentária Anual estabelece um conjunto de ações a serem realizadas durante um ano, estimando o total das receitas a serem arrecadadas pelos órgãos e entidades públicas e fixando as despesas a serem aplicadas na consecução dos programas de trabalho que tem por finalidade a manutenção ou ampliação dos serviços públicos, bem como o atendimento das necessidades da população. Portanto, a LOA compreende a programação das ações a serem executadas visando à viabilização das diretrizes, objetivos e metas compreendidas no Plano Plurianual, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim como ocorreu com a LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal também trouxe novas demandas para a LOA, constantes no art. 5º, conforme segue:

- Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais;
- Demonstrativo previsto no art. 165, § 6º da CF/88 (demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza



financeira, tributária e creditícia), devidamente acompanhado das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;

- Reserva de Contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na Receita Corrente Líquida, deverão estar assinalados na LDO.
- As despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual, e as receitas que as atenderão deverão constar na LOA e o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.

No Município de Campo Bom, a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2018 foi instituída pela Lei Municipal nº 4704/2017.



8. DA GESTÃO FISCAL

O art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000) trata da fiscalização da lei em relação ao seu cumprimento. Prevê um mecanismo conjunto de controle, a ser realizado tanto pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas, como pelos sistemas de controles internos de cada Poder e do Ministério Público.

Nesse sentido, o Regimento Interno desta Corte de Contas prevê, em seu art. 5º, inciso XVI, a competência do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e dos Municípios, das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visando exercer tal atribuição no âmbito municipal, o TCE/RS emitiu a Instrução Normativa nº 12/2017, que dispõe sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório da Gestão Fiscal - RGF, bem como sobre a sistemática de remessa das informações e dados contábeis e fiscais pelos jurisdicionados da área municipal.

Tais elementos correspondem àqueles constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, que contém informações e dados relativos ao RGF e ao RREO, sendo utilizados como subsídio à análise da gestão fiscal procedida no exercício financeiro pelos gestores públicos municipais. O item 5 do RVE, denominado "Informações Referentes à Gestão Fiscal", trata, inicialmente, das publicações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF no prazo e na forma da legislação, da realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais e da contribuição realizada pelo Município para o custeio de despesas de competência de outros entes.

Adicionalmente, apresenta diversos Demonstrativos Fiscais analíticos que são utilizados como base para fins de apuração, no RGF, dos limites impostos pela LRF e por Resoluções do Senado Federal. Destaca-se que a forma de elaboração detalhada de todos estes demonstrativos é devidamente abordada na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017. O Quadro a seguir apresenta os demonstrativos indicando o respectivo modelo:

Modelo	Demonstrativo	Modelo	Demonstrativo
1	Da Receita Corrente Líquida	5	Das Garantias e Contragarantias de Valores
2	Da Despesa com Pessoal	6	Das Operações de Crédito
3	Das Disponibilidades de Caixa	7	Dos Restos a Pagar
4	Da Dívida Consolidada Líquida	9	Dos Limites



O "Demonstrativo dos Limites", Modelo 9, no caso do Poder Executivo, corresponde ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, onde consta a apuração do percentual - em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) - da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida (DCL), das garantias e contragarantias de valores e das operações de crédito, além de evidenciar, no último quadrimestre/semestre, os restos a pagar inscritos com suficiência e/ou insuficiência financeira.

Portanto, através do Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (RGF) verifica-se o cumprimento ou não, por parte dos entes fiscalizados, dos limites estabelecidos na legislação.

Importante salientar que o Relatório da Gestão Fiscal - RGF deve ser obrigatoriamente acompanhado pela Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno (MCI), acerca do cumprimento da LRF, conforme estabelece a IN TCE/RS nº 01/2016.

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

A publicação e a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF são de responsabilidade individual de cada um dos Poderes da esfera municipal (Executivo e Legislativo), independentemente de a forma de execução orçamentária e financeira do Legislativo Municipal ser centralizada ou descentralizada.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal realizada no período pelo titular do Poder/Órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, a publicação e divulgação do RGF deve ser realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

- I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);
- II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

O RGF, conforme previsto no art. 55, § 2º da LRF, deverá ser publicado até 30 dias após o final de cada quadrimestre. No entanto, de acordo com o art. 63, inciso II, letra b, da mesma lei, é facultado aos Municípios com população inferior a



cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral. Neste caso, a publicação do relatório com os seus demonstrativos deverá ocorrer em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Importante destacar que, de acordo com o §2º do mesmo artigo, se, ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar essa situação, o Município com população inferior a cinquenta mil habitantes, que tiver optado em divulgar os referidos anexos do RGF semestralmente, ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes, ou seja, o prazo voltará a ser quadrimestral.

A publicação e divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
3ºQ*/2017	30-01-18	836540	30-01-18	25-01-18	30-01-18	0	0	0
1ºQ/2018	30-05-18	1712028	30-05-18	25-05-18	30-05-18	0	0	0
2ºQ/2018	30-09-18	1712028	27-09-18	27-09-18	27-09-18	0	0	0

* Processo de Contas de Governo nº 04274-02.00/17-3

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve publicação e divulgação** dos Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição Federal que estabelece em seu artigo 165, § 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publicá-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O art. 52 da LRF determina a composição do RREO, assim como reforça o prazo de publicação de 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Portanto, é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo Municipal a elaboração e respectiva divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de forma consolidada, ou seja, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, conforme determina o art. 1º, §3º, inciso I, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (Administração Direta - Executivo e Legislativo Municipal, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes).

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, a publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser



realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);

II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

A publicação e divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
6ºB*/2017	30-01-18	836540	30-01-18	25-01-18	30-01-18	0	0	0
1ºB/2018	30-03-18	1712028	29-03-18	29-03-18	29-03-18	0	0	0
2ºB/2018	30-05-18		30-05-18	25-05-18	30-05-18	0	0	0
3ºB/2018	30-07-18		30-07-18	26-07-18	30-07-18	0	0	0
4ºB/2018	30-09-18		28-09-18	27-09-18	28-09-18	0	0	0
5ºB/2018	30-11-18		30-11-18	30-11-18	30-11-18	0	0	0

* Processo de Contas de Governo nº 04274-02.00/17-3

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve a publicação e a divulgação** dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000.

8.1.3 Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo.

Um dos meios de assegurar que o cidadão exercite a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no § 4º do art. 9º, que ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na



comissão equivalente, nas Casas Legislativas Municipais, àquela referida no §1º do art. 166 da Constituição Federal.

As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.3 do Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE (peça 1712028), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/17	28-02-18	30-01-18	Câmara Municipal de Vereadores	0
1ºQ/18	31-05-18	29-05-18	Câmara Municipal de Vereadores	0
2ºQ/18	30-09-18	27-09-18	Câmara Municipal de Vereadores	0

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que o Poder **realizou as audiências públicas dentro dos prazos** dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

8.1.4 Da Lei da Transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o *caput* do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como suas versões simplificadas;

Importa referir que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foi objeto de análise neste relatório nos itens 8.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 8.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao *caput* do art. 48 da LRF, a análise realizada neste subitem limita-se a verificar a divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio. Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do artigo 48 da LC Federal nº 101/2000, o qual determina a



liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está prevista a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere à receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

A LRF ainda determina, no inciso III, §1º do art. 48, que a transparência também será assegurada através da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda o padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma Lei. Com isso, o Decreto Federal nº 7.185/2010 normatizou o referido inciso e elencou quais informações relativas à despesa e à receita deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

Art. 7º [...]

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso;
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.



O §2º do art. 48 da LRF, incluído pela Lei Complementar Federal nº 156/2016, dispõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso ao público.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que **não estão sendo cumpridas**, em sua totalidade, as exigências de Transparência constantes na LC Federal nº 101/2000, conforme se demonstra nas peças 2076387 e 2076483. Estão sendo descumpridos os seguintes requisitos:

- Item 24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000) –Balanço Patrimonial .

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, entre outros.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios: (...)

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (...)

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências previstas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Constituição Federal.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis a esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.

Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que haja, de forma cumulativa, autorização na LDO, autorização na LOA e a existência de um convênio, acordo, ajuste ou congênere.



No caso em análise, de acordo com informações prestadas pelo Poder Executivo, através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.5 do Relatório de Validação e Encaminhamento (peça 1712028), o município **não contribuiu** para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2018.

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida - RCL

A principal importância deste ponto decorre do fato da Receita Corrente Líquida - RCL servir como parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Portanto, constitui-se numa importante medida de racionalização da despesa e da dívida pública, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como ênfase o controle e contenção dos gastos. Assim, quanto mais cresce a RCL, mais se poderá expandir o valor das despesas e dívidas que estão a ela indexadas.

O Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (art. 52 e art. 53, I da LRF), devendo ser elaborado de forma individual pelo Poder Executivo, pelas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

A RCL resulta da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, deduzidas as seguintes receitas orçamentárias correntes:

- A contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência;
- As receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem.

A Receita Corrente Líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A LRF estabelece, no §1º do art. 2º que serão computados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87 de 1996 - Lei Kandir - e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (fundo criado pela Emenda



Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal) e os decorrentes da Lei Complementar.

No entanto, de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, o valor referente à perda dos recursos aplicados no FUNDEB não deve ser deduzido para fins de apuração da Receita Corrente Líquida. Ou seja, a perda resultante do retorno a menor dos recursos aplicados no FUNDEB deve ser adicionada à RCL. E de acordo com o mesmo anexo, deve ser deduzida a receita orçamentária advinda da retenção na fonte do Imposto de Renda sobre a folha de pessoal do Município.

Após análise, verifica-se que a RCL do Município de Campo Bom, atingiu no exercício de 2018, o valor de R\$ 234.222.993,10, conforme quadro a seguir:

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	1º QUADR	2º QUADR	3º QUADR
Receitas Correntes (a)	96.471.053,56	183.178.771,38	277.241.977,18
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-6.174.276,62	-8.566.277,56	-18.386.052,38
(-) Outras Deduções (c)	-8.099.244,46	-14.343.493,98	-24.632.931,70
IRRF sobre Rendimento do Trabalho*	1.204.602,99	2.399.978,89	3.976.079,50
Contribuição Servidores – RPPS	1.790.887,03	3.580.960,79	5.813.346,76
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	2.855.851,75	3.861.734,28	8.052.395,22
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	2.247.902,69	4.500.820,02	6.791.110,22
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00
Sub total (d = a+b+c)	82.197.532,48	160.268.999,84	234.222.993,10
(+) Perda com o Fundeb (e)**	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (f = d+e)	82.197.532,48	160.268.999,84	234.222.993,10
Receita Corrente Líquida - 2ºQ + 3º Q ano anterior (g)	126.712.780,31		
Receita Corrente Líquida - 3º Q ano anterior (g)		65.165.656,92	
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (h=f+g)	208.910.312,79	225.434.656,76	234.222.993,10

* Parecer Coletivo TCE nº 02/2002

** Parecer Coletivo TCE nº 01/2002

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

O limite máximo ou legal da Despesa com Pessoal, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar 60% da RCL do Município (art. 19, inciso III, da



LRF), distribuído em limites máximos de 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da LRF).

Entretanto, a LRF estabelece, também, os seguintes limites:

- **LIMITE PRUDENCIAL:** Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal chamado de limite prudencial, que equivale a 95% do limite máximo legal do poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei. Caso o ente ultrapasse o limite prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.
- **LIMITE DE ALERTA:** O limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1º, do art 59 da LRF, equivale a 90% do limite máximo/legal do Poder ou órgão referido no art. 20. Quando o Tribunal de Contas constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como despesa total de pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A apuração tem por base a despesa executada no mês de referência e nos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

De acordo com o Anexo I – Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2017, as despesas com contratos de terceirização de mão de obra, considerados irregulares ou ilegais, também devem ser consideradas como despesa com pessoal, uma vez que mascaram contratação de pessoal. O art. 18, § 1º da LRF também estabelece que os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A LRF admite, em seu art. 19, §1º, que sejam deduzidas da apuração as seguintes despesas com pessoal, desde que tenham sido inicialmente consideradas:

- a) Indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) Decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;



- c) Demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores;
- d) Com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

As parcelas de receitas orçamentárias do IRRF sobre Rendimentos do Trabalho também devem ser excluídas do montante da despesa com pessoal, da mesma forma que tal valor é subtraído na apuração da RCL.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. A LRF impõe, em seu art. 23, §3º que, no caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela referida lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Se a despesa total com pessoal exceder ao limite prudencial, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

- a) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- b) Criação de cargo, emprego ou função;
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) Contratação de hora extra, salvo nas situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2 - relativos aos períodos abaixo relacionados do ano de 2018 (peças 1259095, 1482901 e 1714519), que, após a realização dos ajustes necessários, (peças 1319252 e 1795253), foram inseridos na tabela a seguir para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.



Período	3ºQ/2018	Mês Referência	Dez/18
Envios em 2018			
Em R\$			
Período	R C L	D P	%
1ºQ/18	208.910.312,79	104.441.261,45	49,99
2ºQ/18	225.434.656,76	104.394.296,89	46,31
3ºQ/18	234.222.993,10	105.406.261,83	45,00

Tendo em vista que o percentual apurado pelo Poder no 1º Quadrimestre **ultrapassou 90% do limite** de que trata o art. 59, § 1º inciso II, da LC Federal nº 101/2000, em razão dos ajustes realizados por este Tribunal (peças 1319252 e 1795253), fez-se necessária a emissão de alerta ao atual Administrador do Poder em tela (peças 1324024 - despacho interlocutório; 1373070 e 1373071 – certidões de publicações oficiais) .

A análise da documentação apresentada, subsidiada pelos dados disponibilizados nos sistemas deste Tribunal - SIAPC, ratifica a situação de alerta do 1º Quadrimestre/2018.

Considerando que os percentuais apurados nos 2º e 3º Quadrimestres de 2018 são **inferiores ao limite de 90%** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000 e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea "b", todos da referida lei, não houve emissão de alerta ao Poder.

Conclui-se, na análise da tabela, que os **percentuais apurados são inferiores ao limite máximo** previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.

Item 8.2.2.1 - Ajustes da Despesa com Pessoal.

Os citados ajustes (peças 1319252 e 1795253) se referem aos acréscimos e deduções à despesa com pessoal, conforme abaixo :

1º Quadrimestre

- Foi revertido o ajuste efetuado pela Origem na conta redutora: Deduções da Receita Corrente Líquida, do exercício anterior, no valor de R\$ 3.853.639,20 (pg. 19 – peça 1254194), haja vista que não há comprovação e nem justificativa suficientes para ajuste do valor (pg. 31- peça 1254194).



- A Despesa com pessoal foi aumentada em R\$ 87.024,30 com base na informação da Origem, relativa à Revisão Salarial Anual (RAS), períodos de maio a dezembro de 2017 e janeiro a abril de 2018 (R\$ 805.750,57), haja vista que a Origem havia deduzido a importância de R\$ 892.774,87 a título de RAS (peça 1303279).

- Foi adicionada à Despesa com Pessoal a importância de R\$ 2.787.942,56 , relativa à terceirização de serviços médicos, credor Extremo Sul Serviços Médicos de Saúde Ltda, conforme pesquisa efetuada no SIAPC, de acordo com o aponte constante no item 1.1.2 do Relatório de Auditoria - Processo de Contas de Gestão nº 1364-0200/16-0 (pendente de julgamento), sendo R\$ 2.106.552,28 no 2º e 3º Quadrimestres de 2017 e R\$ 681.390,28 no 1º Quadrimestre de 2018.

3º Quadrimestre

- Com base nas informações contidas no item 1.1.2 do Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Gestão nº 1364-0200/16-0 (pendente de julgamento), foi adicionado à Despesa com Pessoal o valor total de R\$ 1.097.488,40 referente ao exercício de 2018, apropriado na rubrica 339039999900000, correspondente às terceirizações irregulares de serviços especializados na área da saúde (peça 1795215).

Registra-se que a presente inconformidade também foi objeto de apontamento no Processo de Contas de Gestão nº 891-0200/15-2; itens 2.1.1 e 2.1.2, cuja decisão proferida em 14/09/2017, Decisão 2C-0743/2017 (peça 730330) , determina advertência e a adoção de medidas efetivas pelo Gestor para que essa irregularidade contábil seja sanada, sendo item de futura auditoria.

Entretanto, consigna-se que não foi efetuada a contabilização da Terceirização conforme a decisão, **restando descumprida a determinação desta Corte de Contas e o §1º do art. 18 da LC Federal nº 101/2000.**

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

Dispõe a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 1º, § 1º, inciso V que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O art. 3º, inciso II, da mesma Resolução, determina que o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.



A Dívida Consolidada ou Fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- a) Pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) Em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) Pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- d) Com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- e) Pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

O valor a ser deduzido da Dívida Consolidada, para fins de apuração da DCL, corresponde a Disponibilidade de caixa bruta (somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata) deduzida do montante de Restos a Pagar Processados, e acréscimos dos demais haveres financeiros.

A disponibilidade de caixa do RPPS não deverá ser incluída na disponibilidade de caixa, visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada.

O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. Para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida, não serão considerados como haveres financeiros:

- a) Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;
- b) Os valores inscritos em dívida ativa;
- c) Outros valores que não representem créditos a receber, tais como estoques e contas do ativo imobilizado;
- d) Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;
- e) Depósitos restituíveis e valores vinculados;
- f) Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.



O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções, pois estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária e deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento dos períodos abaixo relacionados do ano de 2018 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descrito no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 1259095, 1482901 e 1714519), que foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e pela Portaria STN nº 637/2012.

Período	R C L	D C L	Em R\$	
			%	
1ºQ/18	208.910.312,79	0,00	0,00	
2ºQ/18	225.434.656,76	0,00	0,00	
3ºQ/18	234.222.993,10	0,00	0,00	

O Poder Executivo não apresenta Dívida Consolidada Líquida - DCL, **atendendo**, assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), **atendendo** ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.



8.2.4 Das Operações de Crédito

A legislação aborda de forma exemplificativa o conceito de operação de crédito, listando algumas modalidades. Portanto a LRF define, no art. 29, inciso III, operação de crédito como compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O §1º do art. 29 da referida lei ainda inclui, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, no conceito de operações de crédito.

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, espécie do gênero operação de crédito, de acordo com o art. 38 da LRF, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito e outras, conforme regulamentação específica.

A realização de operações de crédito depende, ainda, de autorização prévia do Ministério da Fazenda que, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, verifica os limites de endividamento aplicáveis ao Ente da Federação pleiteante, as condições previstas na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43 de 2001 e a nº 48 de 2007 e alterações, e demais normativos em vigor.

Segundo disposição expressa do art. 37 da LRF, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

- a) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- b) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- c) A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; e
- d) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

É vedada a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município. Excetuam-se dessa vedação o refinanciamento da dívida mobiliária e as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda em nome do Senado Federal até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo.



O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos Municípios em 16% da Receita Corrente Líquida em cada exercício. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite deverá ser calculado considerando o cronograma anual de ingresso, e projetando a RCL, mediante a aplicação do fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 1714519) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constata-se que:

- **Operações de Crédito Internas e Externas:** No exercício de 2018, não houve captação de recursos com operações de crédito internas e externas.
- **Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita:** O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, **atendendo** o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

8.2.5.1 Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

Conforme art. 36 da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício financeiro, sendo classificadas entre processadas e não processadas. Salienta-se que outros normativos também discorrem sobre o assunto, como o Decreto nº 93.872/86 e a LRF.

Considerando que o artigo 42 da LC Federal nº 101/2000 estabelece que, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular contrair despesas que não possam ser cumpridas dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, não é necessária a verificação do cumprimento do referido dispositivo legal, uma vez que não houve encerramento do mandato.

8.2.5.2 Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2018, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser



observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

A) Valores Restituíveis

São considerados no cálculo do Equilíbrio Financeiro tanto os recursos orçamentários como os extraorçamentários. Esses últimos são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, tendo em vista que se tratam de recursos de terceiros, que provocam o surgimento de passivos financeiros, uma vez que não pertencem ao Município. Esses valores não integram o orçamento e sua restituição será feita no futuro, na forma de Despesas Extraorçamentárias.

São exemplos de recursos restituíveis:



- Cauções em dinheiro;
- Fianças;
- Depósitos de terceiros em garantia;
- Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária;
- Retenções de folhas de pagamento que dependam de repasses aos credores dos recursos (INSS, FGTS)

Ao final do exercício, existe a necessidade de que conste no Ativo Circulante, nos Recursos Vinculados 8001 a 9999 – Extraorçamentários, saldo suficiente para cobertura dos valores restituíveis inseridos no Passivo Circulante, conforme preceitua o Manual Técnico - Volume III - Recurso Vinculado Aplicável aos Órgãos, Entidades e Consórcios Públicos municipais regidos pela Lei Federal nº 4.320/64, publicado no portal institucional do TCE/RS⁴, tendo em vista não pertencerem ao Município. Na hipótese de insuficiência no recurso citado, o Recurso Livre – 0001 deverá comportar tais obrigações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

Abertura Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188)* – I	2.062.593,73
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999)** – II	192.758,56
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	-1.869.835,17
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante)** - IV	15.746.991,46
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	13.877.156,29

* Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante – peça 2249425

** Peça: 1712028

Constatou-se que não foram utilizados os códigos de recursos vinculados do intervalo de 8001 a 9999 para evidenciar a cobertura integral dos recursos extraorçamentários que servirão para pagamento ou devolução dos valores que pertencem a terceiros, registrados no Passivo Circulante, de uso obrigatório pelos entes jurisdicionados regidos pela Lei Federal nº 4.320/64, **em desatenção ao disposto no Manual Técnico III – Recurso Vinculado (Resoluções TCE nº 766/2007 e nº 883/2010 e Instruções Normativas TCE nº 25/2007 e nº 03/2011).**

⁴ http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/jurisdicionados/sistemas_controle_externo/siapc/manuais



IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM

Abertura Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) – I	458.197,25
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999)* – II	0,00
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	-458.197,25
Rec. Livre 5004 e 5005 (Ativo Circulante)* – IV	4.118.439,10
Insuficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	3.660.241,85

*Peça: 1714051

Com base no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE da entidade da administração indireta IPASEMCB - INST. PREV. ASSIST. SERV. MUN. CAMPO BOM (peça 1714051) e os dados constantes do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, constata-se que não há disponibilidade financeira suficiente nos recursos 8003 – Extraorçamentário para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no Passivo Circulante do ente. Entretanto, evidencia-se disponibilidade financeira nos recursos 5004 e 5005 – Taxa Administração Previdência e Taxa Administração Assistência, respectivamente, para a cobertura dos mesmos.

B) Equilíbrio Financeiro

Para fins de verificação do atendimento deste item, além dos dados do item anterior foram utilizadas as informações constantes nos Modelos 3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais). Este último deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2018. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.



As informações constantes no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 1714519), demonstram a existência de disponibilidades financeiras suficientes para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, **restando atendido o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.**

Assim, **conclui-se pelo atendimento** ao disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.

9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Entende-se por vinculação constitucional o percentual de receita que deve ser aplicado em certa despesa, cuja previsão esteja determinada na Constituição da República, ou seja, é o processo pelo qual os recursos públicos são vinculados a um tipo de despesa específica.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Unico de Saúde.

O cumprimento dos limites constitucionais em saúde e educação é exigência para o repasse de transferências voluntárias por parte do Estado e da União, conforme a previsão contida no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF.

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

9.1.1 – Da Aplicação do Mínimo Constitucional de 25%

A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, as Emendas Constitucionais nº 14/1996 e 53/2006 definiram os meios financeiros pelos quais o Poder Público atenderá seus deveres relacionados à oferta, permanência, qualidade e garantia de ensino aos cidadãos, estabelecendo percentuais mínimos de aplicação.

Segundo o art. 212 da CF, os Municípios deverão aplicar anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A base de cálculo dos gastos constitucionais com MDE é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), bem como multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo. As despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) estão



disciplinadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e as despesas não admitidas como tais estão discriminadas no art. 71 da mesma Lei.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, também está disciplinada no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 04/2018 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1712028), constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima (peça 1794872), conforme se demonstra:

Em R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita MDE	112.265.934,89	123.664.286,35	135.968.156,03	161.786.537,13
Aplicação Mínima (25%)	28.066.483,72	30.916.071,59	33.992.039,01	40.446.634,28
Aplicação Efetiva	31.843.142,09	36.221.725,91	38.138.606,79	40.735.835,82
% Aplicação MDE	28,36%	29,29%	28,05%	25,18%

9.1.2 DO FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. No ano subsequente, o Fundo foi instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

Trata-se de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre



que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

9.1.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e das transferências dos Estados, do Distrito Federal e Municípios passaram para 20%, e sua utilização foi ampliada para toda educação básica, a qual compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A aplicação do FUNDEB nos Municípios se materializa nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

Abaixo segue a abertura das receitas formadoras do FUNDEB, de acordo com os dados do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1712028):

Em R\$

Receita do FUNDEB	2015	2016	2017	2018
ITR – Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	5.082.643,51	5.825.080,19	5.535.195,01	5.930.687,56
Cota-parte ITR	1.692,12	1.576,00	1.450,62	1.608,95
LC nº 87/96 – Lei Kandir	51.426,31	49.533,10	52.191,36	51.665,70
Cota-parte ICMS	7.158.405,80	7.622.278,10	8.428.408,95	9.283.407,33
Cota-parte IPVA	1.483.499,57	1.471.673,74	1.483.920,41	1.781.678,14
Cota-parte IPI/Exportação	137.847,81	95.294,99	127.322,45	135.740,40
TOTAL	13.915.515,12	15.065.436,12	15.628.488,80	17.184.788,08

9.1.2.2 Aplicação 60% Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério

O parágrafo único do art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, assim como o art. 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, afirmam que pelo menos 60% dos recursos anuais do FUNDEB que retornaram ao município serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.



Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1712028) constata-se que o percentual aplicado na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto na norma contida no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 e no artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal (peça 1794873), conforme se demonstra:

Em R\$				
	2015	2016	2017	2018
Receita FUNDEB Total*	36.565.712,09	41.196.996,41	43.043.164,55	48.095.449,66
60% do Retorno do FUNDEB	21.939.427,25	24.718.197,85	25.825.898,73	28.857.269,80
Aplicação Recursos - FUNDEB	34.516.604,78	37.688.663,02	38.860.877,03	37.199.594,40
% Aplicação	94,40%	91,48%	90,28%	77,35%

* Total **Retorno** do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários de recursos do FUNDEB

9.1.2.2.1 – Ajustes do FUNDEB

Foi desconsiderado da Aplicação de Recursos do FUNDEB do ano de 2018 o valor de R\$ 4.695.142,59, (peça 2255251), referente à Amortização de Passivo Atuarial que foi contabilizada pelo jurisdicionado de forma a computar no cálculo dos 60% de aplicação do FUNDEB, **em desatendimento ao disposto no Anexo II da Instrução Normativa TCE/RS nº 04/2018, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 02/2019**. De acordo com a referida norma não são considerados como gastos em Educação os valores referentes à amortização de passivo atuarial com o Regime Próprio de Previdência do Servidor, tendo em vista que correspondem a dívidas do passado resultantes da falta de contribuições em períodos pretéritos.

9.1.2.3 Ganho (Plus) x Perda do FUNDEB

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª Edição, na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do Fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências – item 9.1.2.1 deste relatório) e, de outro, a receita proveniente do Fundo (valor recebido de acordo com o nº de alunos matriculados).

Ao compararmos o valor da contribuição com o valor do retorno, apuramos se houve “ganho” ou “perda” com o FUNDEB. Quando o retorno é maior do que a contribuição apura-se um Ganho, ou seja, o município recebeu mais do Fundo do que contribuiu. Já quando o retorno é menor do que a contribuição apura-se uma



Perda, haja vista o recebimento de recursos do Fundo ser menor do que aquele que foi enviado para a formação do mesmo.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = Ganho

Valor do Retorno < Valor da Contribuição = Perda

De acordo com os dados da tabela abaixo, extraídos do Relatório de Validação e Encaminhamento, o município de Campo Bom apresentou Ganho no ano de 2018, de 181,33%.

Em R\$	
Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2018
Contribuição (a)	17.004.622,09
Retorno (b)	47.839.943,34
Ganho (b-a)	30.835.321,25

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

A Constituição Federal de 1988, em seu art.196, consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O artigo 23, inciso II, prevê como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13-09-2000, que alterou os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição e acrescentou o artigo 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixou a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

A mencionada Emenda Constitucional foi regulamentada pela Lei Federal Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a qual disciplinou, em seu art. 7º, que os Municípios aplicarão anualmente em ASPS, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências.



Nos artigos 2º e 3º da referida Lei Complementar foram definidas como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, as quais devem atender às seguintes diretrizes:

- I. Sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados no Plano de Saúde de cada ente federativo; e
- III. Que sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Atendendo aos critérios da Lei, as despesas com ASPS deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. O art. 4º da LC nº 141/2012 define despesas que não constituirão ações e serviços públicos de saúde.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde também está disciplinada no Anexo II da Instrução Normativa TCE nº 04/2018 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 1712028), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2018, **atendeu** ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima (peça 1794871), conforme se demonstra:

Em R\$

	2015	2016	2017	2018
Receita ASPS	112.265.934,89	123.664.286,35	135.968.156,03	161.786.537,13
Aplicação Mínima (15%)	16.839.890,23	18.549.642,95	20.395.223,40	24.267.980,57
Aplicação Efetiva	27.601.652,84	34.629.288,80	34.265.102,99	35.413.391,25
% Aplicação ASPS	24,59%	28,00%	25,20%	21,89%



9.3 DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AS DESPESAS DE CAPITAL - REGRA DE OURO

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital integra o RREO referente ao último bimestre do exercício e deverá ser publicado, de acordo com a LRF, art. 53, §1º, inciso I, até trinta dias após o encerramento do exercício. Consta no Relatório de Validação e Encaminhamento, no item 5.6.1, a comparação das receitas de operações de crédito com as despesas de capital líquidas realizadas no exercício.

A finalidade deste item é demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro, a qual foi estabelecida pela Constituição em seu art. 167, inciso III, vedando que em cada exercício financeiro o montante das receitas de operações de crédito sejam superiores ao total das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados por maioria absoluta pelo Poder Legislativo.

Ao impedir que o montante das operações de crédito em um exercício financeiro exceda o montante das despesas de capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas operações de crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois apenas isto já bastaria para controlar o endividamento.

Ressalta-se que são consideradas apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício a que se refere à lei orçamentária, pelo montante total ingressado no exercício.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito (peça 1712028) e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 1714519) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constata-se que no ano de 2018, não houve captação de recursos com Operações de Crédito Internas e/ou externas pelo Município de Campo Bom, **restando atendido o art. 167, inciso III, da Constituição Federal.**



10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal estão regulados na Resolução TCE/RS nº 1099/2018⁵.

10.1 DOS DOCUMENTOS

Passa-se a analisar a documentação referente à Prestação de Contas, no tocante à entrega e ao conteúdo dos seguintes documentos:

Resolução nº 1.099/2018 – art. 2º, inciso III, alíneas:		Entrega	Conformidade
a)	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.	SIM	SIM
b)	Relatório e Parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo.	SIM	SIM
c)	Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD.	SIM	SIM
d)	Declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito foram devidamente encaminhadas ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal – BLM.	SIM	SIM
e)	Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.	SIM	SIM
f)	Declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados.	SIM	SIM
g)	Os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual	NÃO SE APLICA*	NÃO SE APLICA*

⁵ Revogou a Resolução TCE/RS nº 1052/2015 que dispunha de prazo diferente para a entrega da documentação. A entrega antes era feita até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte.



	instituição de regime previdenciário próprio.		
--	---	--	--

*Município não possui Fundo de RPPS.

O exame acerca da documentação enviada pelo Executivo evidencia o que segue:

Quanto à Entrega

Constata-se o **atendimento** ao disposto no art. 2º, inciso III e alíneas da Resolução TCE/RS nº 1099/2018, no que diz respeito ao envio de todos os documentos exigidos para a prestação de contas anual do Executivo Municipal.

Quanto à Conformidade

Destaca-se que **não foram constatadas irregularidades** passíveis de serem esclarecidas no exame de conformidade dos documentos relativos à prestação de contas do Executivo Municipal.

11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194). Seu financiamento será proporcionado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de diversas contribuições sociais (CF, art. 195).

A previdência social terá caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (CF, art. 201). O sistema previdenciário brasileiro é composto por três formas distintas de regime: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS (exclusivo dos servidores públicos e constituído em cada ente da Federação) e o Regime de Previdência Complementar – RPC. Em qualquer dos casos, a essência dos regimes previdenciários é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)



dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

O art. 13 da Lei Federal nº 8.212/1991 afirma que o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social, ou seja, caso o ente público não tenha instituído seu Regime Próprio de Previdência, fica o servidor vinculado ao Regime Geral.

A estrutura administrativa-organizacional dos Regimes Próprios poderá ser inserida na própria estrutura da administração direta ou sob a forma de autarquia ou fundação na administração indireta.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

Independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário (Lei nº 9.717/1998, art. 1º, parágrafo único), o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial (LRF, art. 69) e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos.

O equilíbrio financeiro e atuarial da previdência deve ser observado, por meio de contribuição dos segurados, ativos e inativos, da contribuição patronal do ente da Federação e outros aportes (Constituição, art. 40, Lei nº 9.717, de 1998 e Lei nº 10.887, de 2004). Na análise do equilíbrio atuarial, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Os critérios e parâmetros utilizados nas projeções dos cálculos atuariais;
- b) As projeções realizadas anteriormente;
- c) A inclusão do resultado efetivo do período anterior, para efeito de comparação com as novas projeções;
- d) A eventual e indevida utilização de repasse para a cobertura de déficit atuarial com o objetivo de cobrir déficit financeiro sem a devida transparência;



- e) A eventual e indevida utilização da reserva atuarial, inclusive dos rendimentos financeiros, para tentar evidenciar que há equilíbrio financeiro.

O ente da Federação que já houver instituído, ou que vier a instituir uma entidade, seja ela uma autarquia, fundação, secretaria ou qualquer outra unidade administrativa, destinada a caracterizar, gerir e evidenciar o patrimônio do RPPS e suas respectivas variações deverá elaborar e publicar o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, que integra o RREO (LRF, art. 53, inciso II) e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (LRF, art. 52).

Convém referir que o Município de Campo Bom instituiu Regime Próprio de Previdência Social por meio de uma Autarquia e as contabilizações da mesma serão verificadas em processo de Contas de Gestão próprio.

11.1 DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As fontes de recursos dos regimes de previdência encontram-se atualmente classificadas em três grupos de contas: receitas de contribuições (receitas correntes), contribuições sociais intraorçamentárias e repasses previdenciários recebidos.

No rol das receitas de contribuições (receitas correntes) estão contempladas as contribuições patronais dos servidores ativos civis e militares cedidos e licenciados, e as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, consignadas pelo empregador (ente público) ou recolhidas diretamente, inclusive eventuais parcelamentos de débitos. No rol das receitas correntes também estão contempladas as receitas de multas e os juros de mora dessas contribuições, e, ainda, a receita de compensação previdenciária.

Entre as contribuições sociais intraorçamentárias estão as contribuições patronais dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, a contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial e a contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos. Também dentro desta categoria deverão ser registradas as receitas de multas e juros de mora das contribuições intraorçamentárias.

Os repasses previdenciários ou transferências financeiras atualmente estão contemplados em três subgrupos de contas: Repasse Plano Financeiro (repasses para cobertura de insuficiência financeira, repasse para formação de reserva, e outros aportes); Repasse Plano Previdenciário (repasses para cobertura de déficit financeiro, repasse para cobertura de déficit atuarial, e outros aportes); e Outros Aportes (repasses espontâneos de recursos pelo ente público).



É importante ressaltar que a legislação previdenciária orienta, expressamente, que é vedada a utilização dos recursos previdenciários, seja para custear ações de assistência social e saúde, seja para concessão de verbas indenizatórias, ainda que por acidente em serviço, seja por quaisquer outras despesas não previdenciárias.

11.1.1 Da Contabilização da Contribuição Patronal

A contribuição patronal é a contribuição efetuada pela Administração Pública para o regime de previdência social – seja ele RPPS ou RGPS, em virtude da sua condição de empregadora, resultante de pagamento de pessoal.

De acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000:

“(…) entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como **encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência**”.

(…)

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, **adotando-se o regime de competência. (grifo nosso)**

As partes grifadas do trecho acima demonstram a importância do correto reconhecimento, pelo regime de competência, das contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, pois estas contribuem para o somatório da despesa com pessoal que é um dos principais indicadores de responsabilidade na gestão fiscal.

Como dito anteriormente, a importância da correta classificação contábil da informação previdenciária se dá, primordialmente, pela transparência com a qual deve ser tratada toda informação referente ao Regime de Previdência, tanto para os participantes e beneficiários, como para o contribuinte e para toda a sociedade que direta ou indiretamente contribui para o financiamento do sistema. Além disso, devem ser obedecidas as normas legais doutrinárias da ciência contábil que obrigam que haja o registro e a evidenciação da situação patrimonial dos fundos de previdência (conjunto de bens, direitos e obrigações).

De acordo com a Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, em seu art. 5º, as contribuições legalmente instituídas devidas pelo ente federativo que possua regime próprio e que não tenham sido repassadas ao mesmo até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial.



Entretanto, importa destacar que os casos de parcelamento **não podem influenciar os percentuais com Despesa de Pessoal**, e por isso, qualquer alteração nos empenhos das despesas com contribuições ao regime de previdência deve ser evidenciado manualmente na coluna de Adição/Exclusão do PAD – Programa Autenticador de Dados – no Modelo 2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do item 5.2.2.2 do RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento. É necessário que o responsável indique qual o valor total objeto do parcelamento para que haja o correto levantamento dos percentuais de Despesa com Pessoal constantes da LRF.

De acordo com o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC – **não há evidências** de que o Executivo Municipal tenha descumprido o regime de competência na contabilização das contribuições patronais. Não foram efetuados ajustes corretivos referentes às contribuições patronais na Despesa com Pessoal.



12. CONCLUSÃO

Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas, quanto aos seguintes tópicos:

- Item 6 - Da Lei de Acesso à Informação
- Item 8.1.4 - Da Lei da Transparência.
- **EVIDENCIAÇÕES CONTÁBEIS PASSÍVEIS DE ESCLARECIMENTO**
 - Item 8.2.2.1 - Ajustes na Despesa com Pessoal
 - Item 8.2.5.2 – Alínea A – Valores Restituíveis
 - Item 9.1.2.2.1 – Ajustes do FUNDEB



13. INTIMAÇÕES

Diante das inconformidades relatadas neste Relatório, resume-se a intimação dos gestores no quadro que segue:

Cargo	Nome	Itens de Responsabilização
Prefeito Municipal	Luciano Liborio Baptista Orsi	6, 8.1.4, 8.2.2.1, 8.2.5.2 e 9.1.2.2.1
Vice-Prefeito Municipal	Jose Roberto dos Santos	6, 8.1.4, 8.2.2.1, 8.2.5.2 e 9.1.2.2.1



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 24/09/2019.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 24/09/2019.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo: 001158-0200/18-9
Órgão: PM DE CAMPO BOM
Matéria: Contas de Governo
Exercício: 2018

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a intimação dos Srs. Jose Roberto dos Santos e Luciano Liborio Baptista Orsi, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo da peça 2085815 - Relatório de Contas de Governo, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Assinado digitalmente pelo Relator.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 07419/2019

Porto Alegre, 26 de setembro de 2019.

Processo nº 001158-0200/18-9
Órgão: PM de Campo Bom

A Sua Excelência o Senhor
Jose Roberto dos Santos
Vice-Prefeito - PM DE CAMPO BOM
Av. Independência, 800 Centro Centro
CEP 93700000 - Campo Bom/RS

Senhor Vice-Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 2261491, 2085815 daqueles autos e atender todos os termos da decisão.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 07420/2019

Porto Alegre, 26 de setembro de 2019.

Processo nº 001158-0200/18-9
Órgão: PM de Campo Bom

A Sua Excelência o Senhor
Luciano Liborio Baptista Orsi
Prefeito - PM DE CAMPO BOM
Av. Independência, 800, 800 Centro Centro
CEP 93700000 - Campo Bom/RS

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 2261491, 2085815 daqueles autos e atender todos os termos da decisão.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente